



RELATÓRIO DE GESTÃO

2 0 0 6

CEASAMINAS

Ministério da Agricultura
Pecuária e Abastecimento



CEASAMINAS
Centrais de Abastecimento

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

I. DADOS GERAIS - IDENTIFICAÇÃO

II. OBJETIVOS E METAS

- 1) Identificação
- 2) Descrição
- 3) Indicadores
- 4) Metas previstas na Lei Orçamentária

III. INDICADORES DE GESTÃO

1) Indicadores Orçamentários

1.1) PERCENTUAL DE REALIZAÇÃO (%)

1.2) Descrição

1.3) Fórmula de Cálculo

1.4) Responsável pelo cálculo/medição

2) Indicadores Técnico-Operacionais

2.1) Nomes dos Indicadores

OFERTA DE PRODUTOS POR UNIDADE

OFERTA DE PRODUTOS POR GRUPO DE PRODUTOS

PREÇO MÉDIO POR UNIDADE

PREÇO MÉDIO POR GRUPO DE PRODUTOS

VALOR ESTIMADO DA COMERCIALIZAÇÃO POR UNIDADE

VALOR ESTIMADO DA COMERCIALIZAÇÃO POR GRUPO DE PRODUTOS

FLUXO DE VEÍCULOS

2.2) Descrições

2.2.1) OFERTA DE PRODUTOS POR UNIDADE

2.2.2) OFERTA DE PRODUTOS POR GRUPO DE PRODUTOS

2.2.3) PREÇO MÉDIO POR UNIDADE

2.2.4) PREÇO MÉDIO POR GRUPO DE PRODUTOS

2.2.5) VALOR ESTIMADO DA COMERCIALIZAÇÃO POR UNIDADE

2.2.6) VALOR ESTIMADO DA COMERCIALIZAÇÃO POR GRUPO DE PRODUTOS

2.2.7) FLUXO DE VEÍCULOS

2.3) Fórmula de Cálculo

2.3.1) OFERTA DE PRODUTOS POR UNIDADE

2.3.2) PREÇO MÉDIO POR UNIDADE e PREÇO MÉDIO POR GRUPO DE PRODUTOS

2.3.3) VALOR ESTIMADO DA COMERCIALIZAÇÃO POR UNIDADE e POR GRUPO DE PRODUTOS

2.3.4) FLUXO DE VEÍCULOS

2.4) Responsável pelo cálculo/medição

3) Indicadores Financeiros

3.1) Nomes dos Indicadores

LIQUIDEZ CORRENTE

LIQUIDEZ GERAL

LIQUIDEZ SECA

GARANTIA DE CAPITAL DE TERCEIROS

IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

3.2) Descrição

3.2.1) Liquidez Corrente

3.2.2) Liquidez Geral

3.2.3) Liquidez Seca

3.2.4) Garantia de Capital de Terceiros

3.2.5) Imobilização do Patrimônio Líquido

3.3) Fórmula de Cálculo

3.3.1) Liquidez Corrente

3.3.2) Liquidez Geral

3.3.3) Liquidez Seca

3.3.4) Garantia de Capital de Terceiros

3.3.5) Imobilização do Patrimônio Líquido

3.4) Responsável pelo cálculo/medição

IV. ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

1) Programas

1.1) Identificação dos programas, das Metas e dos Valores Realizados

1.2) Indicadores ou parâmetros utilizados na análise

1.3) Avaliação dos resultados

2) Desempenho Técnico-operacional

3) Desempenho Econômico / Financeiros

3.1) COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS

3.2) COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS

3.3) ÍNDICES DE LIQUIDEZ DA CEASAMINAS

3.4) ANÁLISE BALANÇO PATRIMONIAL

3.4.1) ATIVO CIRCULANTE

3.4.2) REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

3.4.3) ATIVO PERMANENTE

3.4.4) PASSIVO CIRCULANTE

3.4.5) EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

3.4.6) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

3.5) ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

3.5.1) RECEITA LÍQUIDA

3.5.2) DESPESAS OPERACIONAIS

3.5.3) RECEITAS OPERACIONAIS

3.5.4) RESULTADO OPERACIONAL

3.6) RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO

3.7) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

3.8) ANÁLISE DOS QUOCIENTES

3.8.1) LIQUIDEZ CORRENTE

3.8.2) LIQUIDEZ GERAL

3.8.3) LIQUIDEZ SECA

3.8.4) GRAU DE ENDIVIDAMENTO

3.8.5) GARANTIA DE CAPITAL DE TERCEIROS

3.8.6) MARGEM OPERACIONAL

3.8.7) RENTABILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

3.8.8) IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

3.9) CONCLUSÃO

3.9.1) SITUAÇÃO FINANCEIRA

V. MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

1) Programas

1.1) Identificação:

1.2) Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados:

1.3) Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso:

1.4) Responsáveis pela implementação das medidas:

2.1) Identificação:

2.2) Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados:

2.3) Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso:

2.4) Responsáveis pela implementação das medidas:

3.1) Identificação:

3.2) Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados:

3.3) Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso:

3.4) Responsáveis pela implementação das medidas:

VI. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS (CONVÊNIOS E OUTROS MEIOS)

VII. CONTROLE DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADAS

VIII. PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

IX. PROJETOS E INSTITUIÇÕES BENEFICIADOS POR RENÚNCIA FISCAL

X. AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS

XI. GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO

XII. FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO DO NORTE E DO NORDESTE – FNO e FNE

- XIII. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA GESTÃO**
- XIV. DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO PAGA AOS MEMBROS DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL**
- XV. ATAS DE REUNIÕES DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL**
 - 1) ATAS DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - 2006
 - 2) ATAS DAS REUNIÕES DO CONSELHO FISCAL - 2006
- XVI. RECOMENDAÇÕES DOS ORGÃOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**
 - 1) Ressalvas apontadas no Certificado de Auditoria nº 175424, de 24 de maio de 2006
 - 1.1) Item 7.2.2.1 – Pagamento em duplicidade de serviços previstos em contrato já existente:
 - 1.2) Item 6.1.2.1 - Bens Patrimoniais Não Localizados:
 - 1.3) 7.3.1.1 - Ausência de parecer conclusivo sobre os trabalhos da Comissão Conjunta
 - 2) ACÓRDÃO 1035/05 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU
 - 3) ACÓRDÃO 2144/05 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU
- XVII. APURAÇÃO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS**
- XVIII. RECURSOS HUMANOS**
 - i) QUANTITATIVO DE PESSOAL PRÓPRIO
 - ii) QUANTITATIVO DE CARGOS COMISSIONADOS
 - iii) QUANTITATIVO DE PESSOAL CEDIDO E REQUISITADO
 - iv) SOBRE O ENCAMINHAMENTO DE INFORMAÇÕES AO ORGÃO DE CONTROLE INTERNO
- XIX. DIÁRIAS**
- XX. RELATÓRIOS E PARECERES**
 - 1) Relatório de correição
 - 2) Demonstrativo sintético das tomadas de contas especiais
 - 3) Demonstrativo de tomadas de contas especiais regularizadas antes do encaminhamento ao TCU
 - 4) Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades em que o dano foi imediatamente ressarcido.
 - 5) Parecer da unidade de auditoria interna

APRESENTAÇÃO

A Diretoria Executiva das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A - CEASAMINAS, cumprindo as determinações legais apresenta seu Relatório de Gestão 2006, elaborado em consonância com as determinações expressas na Norma de Execução anexa à Portaria Nº 555, de 28 de dezembro de 2006, da Controladoria-Geral da União – CGU e com os termos da Instrução Normativa Nº 47/2004 e da Decisão Normativa Nº 81/2006, ambas do Tribunal de Contas da União - TCU.

Em 2006 a empresa viveu um momento diferente do exercício anterior. Principalmente devido ao Acórdão 1035/05, do egrégio Tribunal de Contas da União – TCU, a CEASAMINAS teve frustradas várias de suas licitações para concessão do direito real de uso de suas áreas. Também devido ao referido Acórdão, a empresa não pode realizar as transferências de áreas entre os comerciantes. Além disso, ainda ocorreu um incêndio no pavilhão 6 da Unidade de Contagem, que o destruiu completamente e deixou desalojados 8 comerciantes que ocupavam suas dependências. Juntos, estes fatos fizeram com que as receitas da empresa tivessem uma significativa redução, comprometendo o fluxo de caixa e, conseqüentemente, os investimentos a serem realizados. Pela sua importância vital para a continuidade dos trabalhos da CEASAMINAS, a Diretoria Executiva atuou ativamente para a resolução da questão daquele Acórdão, a qual deverá ser resolvida no início de 2007. Quanto ao pavilhão 6, o mesmo deverá ser reconstruído até dezembro de 2007, com recursos provenientes da indenização do seguro do imóvel.

Mesmo diante desse cenário desfavorável, a atual Diretoria Executiva envidou esforços para retomar a expansão da empresa. Foi iniciada a construção do Pavilhão G1, na unidade Grande BH, localizada na cidade de Contagem. Esta importante obra é um marco da retomada da expansão da CEASAMINAS e irá gerar novas receitas para a empresa, novos postos de trabalho e novas oportunidades de negócios no âmbito das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais.

Além desta, outras importantes obras foram realizadas ou iniciadas no exercício em tela, dentre as quais podemos destacar a construção da sede do Banco de Alimentos, obra de cunho social que ajudará a promover a segurança alimentar em toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte, beneficiando milhares de pessoas; a construção da passarela sobre a rodovia BR 040, na portaria de acesso da Unidade Grande BH (Contagem), em parceria com a Prefeitura Municipal de Contagem, a qual veio atender a uma demanda de mais de 30 anos da população do entorno daquele entreposto; as obras de implantação da Unidade de

Conservação Ambiental da CEASAMINAS, na qual será instalado em centro de educação ambiental e que proporcionará um espaço de formação, informação e lazer para toda a comunidade; a ampliação da sede da Associação Recreativa e Beneficente dos Empregados da CEASAMINAS – ARBECE, obra que irá criar um espaço adequado para a realização de cursos, treinamentos, atividades de lazer e confraternização dos empregados da estatal; reforma da área da administração da Unidade de Contagem, melhorando as condições ambientais e ergonômicas, proporcionando melhores condições de trabalho a todos os empregados da administração daquela unidade; conclusão das obras dos estacionamentos 1 e 2, proporcionando mais segurança e comodidade aos usuários do entreposto de Contagem. Além destas, foram realizadas diversas obras para manutenção e melhoria das atividades da empresa.

É mister frisar que os Investimentos no Ativo Imobilizado realizados pela empresa foram os mais significativos dos últimos 4 anos, alcançando o patamar de R\$2.964.801,15 (dois milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e um reais e quinze centavos). Esse montante representou 70,29 % do valor reprogramado em julho/2006. Considerando-se a programação original, que era de R\$2.000.000,00, o valor realizado representou 148,24% do previsto.

Além de todo o investimento físico, a empresa também investiu em seu patrimônio intangível, através da valorização de seus Recursos Humanos. Nesse sentido, foi procedida a revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR, elevando-se o patamar do mesmo e privilegiando os empregados de carreira. Também foi instituído o Programa de Educação Continuada, o qual se constitui como importante ferramenta de evolução do padrão de qualidade dos serviços prestados pelo conjunto de empregados da CEASAMINAS, além de ser um fator de melhoria do clima organizacional e ajudar na retenção dos profissionais da organização, grande desafio da Gestão de Pessoas, nos tempos atuais. Ainda no sentido de melhorar o clima organizacional e as condições de trabalho e reter talentos, foi realizada uma pesquisa de mercado e formulada uma proposta de realinhamento salarial para as categorias de Auxiliares de Serviços Gerais – ASG – e Técnicos de Nível Médio – TNM, da empresa. A Diretoria Executiva também aprovou uma proposta de modificação do organograma, tornando-o mais moderno, enxuto e adequado à sua atual estrutura e aos mais recentes conceitos da moderna Administração.

Para melhor equipar seus empregados com ferramentas modernas e produtivas e assegurar informações gerenciais confiáveis e tempestivas que auxiliarão as tomadas de decisão da Diretoria Executiva, a empresa iniciou em 2006 a implantação do seu Sistema

Integrado de Gestão. Para dar suporte ao novo sistema, também foram adquiridos novos computadores e impressoras.

A CEASAMINAS investiu no fortalecimento da sua imagem através da criação de novos meios de comunicação com seus públicos. A empresa lançou o informativo “*CEASAMINAS FAZ*” e criou a sua *OUIDORIA*, a qual já se tornou o principal elo entre a Administração e o conjunto dos usuários da estatal. O site da empresa apresentou um aumento de 30% nos acessos, em relação ao ano anterior, reflexo do novo lay-out implantado em meados de 2005. Através de convênio firmado com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, a empresa passou a divulgar, diariamente, informações referentes aos produtos comercializados em seus entrepostos em um programa da Rádio UFMG.

A CEASAMINAS esteve presente em diversos eventos nacionais e internacionais, dentre os quais o “Encontro Mundial de Mercados Atacadistas - WMWU” e a Feira de Frutas, Legumes e Verduras – FLV, ambos realizados em São Paulo; “WUWM Conference”, realizado em setembro de 2006 na cidade de Bremen – Alemanha, no qual a empresa foi representada pelo seu Diretor Presidente, Amarildo de Oliveira, que visitou também entrepostos na Itália, França e Portugal e ressaltou a importância da viagem para a divulgação dos trabalhos realizados na CEASAMINAS, bem como para a realização de benchmark; a Feira SuperMinas, evento da AMIS realizado em Belo Horizonte e o encontro da ABRACEN – Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento. A empresa também promoveu e sediou um encontro entre representantes das centrais de abastecimento existentes no Estado de Minas Gerais, para promoção do intercâmbio técnico-operacional e busca conjunta de soluções para os problemas comuns. No âmbito nacional, a CEASAMINAS atuou fortemente no PROHORT - Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro. Através de acordo com a CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento e a ABRACEN, o DetecWeb - Sistema de Informações Técnicas e Econômicas criado pela CEASAMINAS, passou a ser adotado como modelo nacional para gerenciamento de informações em 54 centrais de abastecimento de 21 estados da federação.

Na área de segurança a empresa agiu ativamente. Foi criado o Plano de Segurança da CEASAMINAS, no qual foram previstas inúmeras ações para melhorar as condições de segurança nos entrepostos da empresa, inclusive a elaboração dos projetos de prevenção e combate a incêndio e o projeto de monitoração eletrônica através de câmeras de vigilância. Ainda visando a segurança e o bem estar dos seus usuários, foi firmado convênio não oneroso com uma empresa de ônibus que disponibilizou um micro-ônibus para o transporte gratuito de

pessoas na área do entreposto de Contagem, proporcionando mais conforto aos cerca de 500 usuários que o utilizam diariamente.

A empresa deu continuidade às ações do seu Planejamento Estratégico, além de iniciar um processo de revisão do mesmo, visando adequá-lo às mudanças estruturais e conjunturais e às novas perspectivas surgidas no último ano. Também foi dada continuidade aos programas sociais da CEASAMINAS, os quais atendem e beneficiam milhares de pessoas nos entornos de seus entrepostos, com destaque para o Programa de Distribuição de Alimentos – PRODAL, que novamente bateu recordes de doações, atingindo a marca de 1 milhão 350 mil 329 quilos de frutas, legumes e verduras doados às entidades cadastradas, beneficiando diretamente cerca de 38.200 pessoas, através de 132 instituições cadastradas. As doações dos produtores rurais e comerciantes cadastrados foram aproximadamente 50% maiores que em 2005. Através da parceria com a Prefeitura Municipal de Contagem, a CEASAMINAS apoiou a criação de 3 turmas do Projeto Juventude Cidadã, com funcionamento no entreposto de Contagem, beneficiando cerca de 90 jovens da comunidade do entorno. O Juventude Cidadã é um projeto do Governo Federal destinado a qualificar jovens de 16 a 24 anos de idade para o mercado de trabalho.

Atendendo ao pedido do Conselho Fiscal, que reiterava a anos a necessidade da empresa possuir um normativo interno que dispusesse sobre sua estrutura e as respectivas responsabilidades, a Diretoria Executiva editou, em 2006, o Regimento Interno da CEASAMINAS. O mesmo foi submetido ao Conselho de Administração, o qual prontamente o aprovou, encerrando assim mais uma pendência histórica, resolvida pela atual Diretoria.

Os itens acima relatados são alguns exemplos das diversas e inúmeras ações realizadas pela empresa em 2006.

Apesar de todas as dificuldades apresentadas no exercício em tela, 2006 foi um ano de grandes realizações para a CEASAMINAS, frutos do empenho da atual Diretoria Executiva, sempre comprometida com a busca dos melhores resultados possíveis, com ética, com responsabilidade social e em conformidade com os princípios legais; do constante apoio dos Conselhos de Administração e Fiscal e do empenho de todo o seu corpo funcional.

E 2007 promete ser um ano ainda melhor!

Contagem, 23 de fevereiro de 2007.

DIRETORIA EXECUTIVA

Este **RELATÓRIO DE GESTÃO**, relativo ao exercício de 2006, obedece às determinações expressas na Norma de Execução anexa à Portaria N° 555, de 28 de dezembro de 2006, da Controladoria-Geral da União – CGU e aos termos da Instrução Normativa N° 47/2004 e da Decisão Normativa N° 81/2006, ambas do Tribunal de Contas da União - TCU. O presente documento passará a compor o conjunto do trabalho da **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL** das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS.

I. DADOS GERAIS - IDENTIFICAÇÃO

Nome completo e oficial:

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A – CEASA-MG

Número do CNPJ:

17.504.325/0001-04

Natureza jurídica:

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA – ESTATAL FEDERAL

Vinculação ministerial:

VINCULADA AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA , PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA

Endereço completo da sede:

**BR 040 Km 688, BAIRRO GUANABARA, CONTAGEM, CEP 32145-900, MG
Tel.: (31) 3399-2122 Fax: (31) 3394-2709**

Endereço da página institucional na Internet:

www.CEASAMINAS.com.br

Código e nome da unidade gestora (UG) e gestões utilizados no SIAFI:

**A EMPRESA NÃO ESTÁ INTEGRADA AO SIAFI, MAS FAZ USO DO SIASG.
AS GESTÕES UTILIZADAS NO SIASG SÃO AS SEGUINTE:**

Através do sistema SIEST:

- Perfil das empresas estatais (cadastro);
- Gestores (Cadastro de Conselhos e Diretoria)

Através do Sistema Orçamentário Federal - SOF:

- PDG, ADG, investimento e endividamento.

ORGÃO SUPERVISOR.....: MAPA

GRUPO: 09997

CÓDIGO SIEST.....: 02651

ORGÃO/UNIDADE.....: 22208

NOME: Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A

CÓDIGO UASG: 131000

Norma(s) de criação e finalidade da unidade jurisdicionada:

Criada através da Lei Estadual MG Nº 5.577/1970, e sob o controle acionário da União desde o ano 2000, a CEASAMINAS tem como finalidade estatutária, entre outras, executar e controlar a política do abastecimento alimentar no Estado de Minas Gerais, através da implantação, instalação e administração de entrepostos atacadistas, por si e em parcerias, destinados a orientar e disciplinar a comercialização e distribuição de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios.

Norma(s) que estabelece(m) a estrutura orgânica no período de gestão sob exame:

ESTATUTO SOCIAL DA EMPRESA, ARTIGO 9º

Publicação no DOU do Estatuto Social da Unidade Jurisdicionada de que trata as contas:

PUBLICADO NO DOU DE 05/09/2000, PÁGINA 44, SEÇÃO 3

II. OBJETIVOS E METAS

1) Identificação

As Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASA-MG, é uma empresa estatal federal de economia mista fundada em 1971 e em operação desde 1974. Conforme determinado em seu Estatuto Social, possui como objetivo, dentre outros:

- Implantar, instalar e administrar, no Estado de Minas Gerais, Centrais de Abastecimento Regionais e Mercados, destinados a orientar e disciplinar a distribuição de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, operando como centros polarizadores de abastecimento e incentivadores da produção agrícola;
- Administrar, sem fins lucrativos, em parceria com entidades públicas da União, dos Estados e Municípios, mediante convênio, os programas de responsabilidade social com aproveitamento de produtos hortigranjeiros e de sobras de alimentos, com a finalidade de atendimento às pessoas carentes, favelas, creches, dispensários, orfanatos, escolas, associações comunitárias e assemelhados.
- Executar a política e o controle do Abastecimento no Estado de Minas Gerais, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, nos termos da legislação vigente.

Dentro desta realidade e visando a consolidação de todo seu complexo atacadista, a Diretoria Executiva da empresa, baseada em seu planejamento estratégico, identificou e priorizou os programas e projetos que, alicerçados na respectiva base orçamentária do exercício em tela, deveriam proporcionar a melhoria substancial na infra-estrutura logística e nos serviços de apoio disponibilizados ao conjunto de usuários de seus Entrepósitos Atacadistas.

Esta abordagem determinou os objetivos específicos a serem priorizados, os quais foram os seguintes:

- Retomada da expansão física da empresa;
- Revitalização da Estrutura Física, Ambiental e dos Serviços de Apoio aos Mercados Atacadistas;
- Modernização do parque tecnológico de hardware e software;
- Adequação e Modernização dos Bens Patrimoniais;
- Obras de Apoio aos Serviços da Comercialização;
- Obras de apoio às Políticas Públicas;
- Valorização dos Recursos Humanos.

A partir da identificação das principais ações a serem implementadas em seus entrepostos, procedeu-se o dimensionamento da base de recursos financeiros necessária à plena viabilidade da execução, bem como, a equalização de seu conteúdo à formatação das contas orçamentárias orientadas pelos órgãos federais competentes e gerenciadas pela empresa ao longo exercício, o que resultou no seguinte perfil de programas e projetos:

1. Manutenção, adequação e expansão da infra-estrutura operacional (20.605.0807.4105.0031);
2. Manutenção, adequação e aquisição de ativos de informática, informação e teleprocessamento (20.605.0807.4103.0031);
3. Manutenção, adequação e aquisição dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos (20.605.0807.4102.0031).

2) Descrição

A tabela a seguir identifica, para cada programa, as principais ações previstas para o exercício de 2006, detalhando os objetivos que a empresa espera alcançar e os beneficiários de cada ação, atendendo ao disposto no item 2.2 do anexo X da DN 81/2006, do Tribunal de Contas da União.

CEASA/MG - PROGRAMAS / PROJETOS 2006			
Itens	Valores Propostos (R\$)	Descrição	Objetivos Específicos
1	3.611.600	MANUTENÇÃO, ADEQUAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL	
	3.285.500	Unidade de Contagem	
1.1	1.650.000	Construção física Pavilhão G1	Retomada da expansão física da empresa.
1.2	390.000	Banco de Alimentos/PRODAL	Promoção da Segurança Alimentar
1.4	390.000	Estacionamentos 1 e 2	Melhoria da infra-estrutura e dos serviços de apoio à comercialização.
1.6	180.000	Retorna e adequação interna (lay out) do prédio da Administração	Melhoria da infra-estrutura e dos serviços de apoio à comercialização.
1.7	150.000	Construção do Centro de Convivência ARBECE	Melhoria da infra-estrutura e dos serviços de apoio à comercialização.
1.9	250.000	Construção do Muro	Melhoria da segurança dos usuários e patrimonial.
1.10	150.000	Área Permanente de Preservação Ambiental	Promoção da preservação do meio-ambiente e da cidadania.
	126.100	Unidade Uberlândia	
1.15	100.000	Plataforma venda sobre caminhões	Melhoria da infra-estrutura e dos serviços de apoio à comercialização.
1.16	24.000	Edificações PRODAL	Promoção da Segurança Alimentar
	60.000	Unidade Juiz de Fora	
1.17	60.000	Plataforma venda sobre caminhões	Melhoria da infra-estrutura e dos serviços de apoio à comercialização.
	60.000	Unidade de Governador Valadares	
1.18	60.000	Modernização da balança de Governador Valadares	Melhoria da infra-estrutura e dos serviços de apoio à comercialização.
	80.000	Unidade de Caratinga	
1.19	80.000	Plataforma venda sobre caminhões	Melhoria da infra-estrutura e dos serviços de apoio à comercialização.
3	591.183	MANUTENÇÃO, ADEQUAÇÃO E AQUISIÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	
3.1	350.000	Aquisição e desenvolvimento de Software	Melhoria da infra-estrutura e dos serviços de apoio à comercialização através da implantação de ferramentas de tecnologia próprias e de terceiros.
3.2	110.000	Licenças de Uso	Suporte legal às novas necessidades de Tecnologia da Informação da empresa.
3.3	130.000	Aquisição de Hardware	Suporte às novas necessidades de Tecnologia da Informação da empresa.
4	15.000	MANUTENÇÃO, ADEQUAÇÃO E AQUISIÇÃO DOS BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	
4.1	15.000	Aquisição de veículos, máquinas e equipamentos para serviços de limpeza	Melhoria dos serviços de apoio à comercialização.
	4.217.783	TOTAL DE INVESTIMENTOS / PROJETOS	

Fonte: ASPLA / Orçamento

3) Indicadores

Para aferição dos resultados alcançados nos programas retro identificados, a empresa adota como indicador o quociente do valor realizado pelo valor reprogramado para o exercício em tela, resultando no valor percentual (%) da execução realizada em relação aos valores aprovados pelos órgãos competentes do Governo Federal.

4) Metas previstas na Lei Orçamentária

Dada a natureza dos programas sob sua responsabilidade, a CEASAMINAS possui detalhamento apenas das metas financeiras pactuadas na Lei Orçamentária. Conforme Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006 - Lei Orçamentária Anual (LOA), publicada no Diário Oficial da União de 17/05/2006 e Decreto Lei nº 5.971, publicado no Diário Oficial da União em 28 de novembro de 2006, os valores aprovados para a empresa foram os abaixo discriminados:

COMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA
QUADRO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS
INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO
Em R\$1,00

CONTAS ORÇAMENTÁRIAS	VALORES	
	A APROVADOS	B REPROGRAMADOS
Manutenção, Adequação e expansão da infra-estrutura operacional.	1.150.000	3.611.600
Manutenção, adequação e aquisição de ativos de informática e tele-processamento.	750.000	591.183
Manutenção, adequação e aquisição dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos.	100.000	15.000
TOTAL	2.000.000	4.217.783

Fonte: ASPLA / Orçamento

III. INDICADORES DE GESTÃO

A CEASAMINAS adota, historicamente, os seguintes indicadores para avaliação da sua gestão:

1) Indicadores Orçamentários

1.1) Nome do Indicador: PERCENTUAL DE REALIZAÇÃO (%)

1.2) Descrição

Índice percentual do valor monetário efetivamente aplicado em relação ao montante global aprovado pela Lei Orçamentária e posteriores modificações, o qual evidencia, em termos relativos, a eficiência da empresa na realização de cada programa.

1.3) Fórmula de Cálculo

O referido índice percentual é obtido mediante a divisão do valor monetário aprovado para cada programa, de acordo com a Lei Orçamentária vigente e posteriores modificações, pelo valor monetário efetivamente aplicado na execução do referido programa.

1.4) Responsável pelo cálculo/medição

Desde maio/2006, todo o acompanhamento orçamentário da CEASAMINAS, incluindo o cálculo do índice acima indicado, é de responsabilidade da Assessoria de Planejamento – ASPLA.

2) Indicadores Técnico-Operacionais

2.1) Nome dos Indicadores

OFERTA DE PRODUTOS POR UNIDADE
OFERTA DE PRODUTOS POR GRUPO DE PRODUTOS
PREÇO MÉDIO POR UNIDADE
PREÇO MÉDIO POR GRUPO DE PRODUTOS
VALOR ESTIMADO DA COMERCIALIZAÇÃO POR UNIDADE
VALOR ESTIMADO DA COMERCIALIZAÇÃO POR GRUPO DE PRODUTOS
FLUXO DE VEÍCULOS

2.2) Descrição

2.2.1) OFERTA DE PRODUTOS POR UNIDADE

Índice que descreve a quantidade de produtos comercializados por entreposto da CEASAMINAS.

2.2.2) OFERTA DE PRODUTOS POR GRUPO DE PRODUTOS

Índice que descreve a quantidade de produtos comercializados nos entrepostos da CEASAMINAS, classificados por grupo de produto (hortigranjeiros, cereais, industrializados alimentícios e industrializados não-alimentícios).

2.2.3) PREÇO MÉDIO POR UNIDADE

Índice que reflete o valor médio/Kg praticado na comercialização realizada em cada entreposto da CEASAMINAS.

2.2.4) PREÇO MÉDIO POR GRUPO DE PRODUTOS

Índice que reflete o valor médio/Kg praticado nas comercializações realizadas nos entrepostos da CEASAMINAS, por grupo de produto (hortigranjeiros, cereais, industrializados alimentícios e industrializados não-alimentícios).

2.2.5) VALOR ESTIMADO DA COMERCIALIZAÇÃO POR UNIDADE

Índice que estima o valor da comercialização realizada em cada entreposto da CEASAMINAS.

2.2.6) VALOR ESTIMADO DA COMERCIALIZAÇÃO POR GRUPO DE PRODUTOS

Índice que estima o valor da comercialização realizada nos entrepostos da CEASAMINAS, por grupo de produto (hortigranjeiros, cereais, industrializados alimentícios e industrializados não-alimentícios).

2.2.7) FLUXO DE VEÍCULOS

Índice que estima a quantidade de veículos que transitam nos entrepostos da CEASAMINAS, classificando-os em veículos com e sem carga.

2.3) Fórmula de Cálculo

2.3.1) OFERTA DE PRODUTOS POR UNIDADE

A apuração do volume de produtos ofertados nos entrepostos da CEASAMINAS é realizada mediante a entrada e conferência (efetuada pela portaria) de:

Notas Fiscais;
Romaneios.

2.3.2) PREÇO MÉDIO POR UNIDADE e PREÇO MÉDIO POR GRUPO DE PRODUTOS

A apuração dos preços praticados nos entrepostos da CEASAMINAS, se dá a partir de pesquisas diárias realizadas pelos técnicos da Seção de Informações de Mercado.

2.3.3) VALOR ESTIMADO DA COMERCIALIZAÇÃO POR UNIDADE e POR GRUPO DE PRODUTOS

A apuração dos valores globais movimentados por Unidade atacadista da CEASAMINAS e por Grupo de Produtos corresponde ao resultado da multiplicação do volume transacionado pelo preço médio de cada produto.

2.3.4) FLUXO DE VEÍCULOS

O fluxo de veículos com carga é mensurado a partir dos lançamentos dos Romaneios e Notas Fiscais que dão entrada na portaria.

O fluxo de veículos sem carga é mensurado a partir de controle efetuado pela portaria (no momento da entrada) que abrange categorias e faixas de horários.

2.4) Responsável pelo cálculo/medição

Todos os indicadores Técnico-operacionais são apurados pela Seção de Informações de Mercado – SECIM, do Departamento Técnico.

3) Indicadores Financeiros

3.1) Nomes dos Indicadores

LIQUIDEZ CORRENTE
LIQUIDEZ GERAL
LIQUIDEZ SECA
GARANTIA DE CAPITAL DE TERCEIROS
IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

3.2) Descrição

Liquidez Corrente : Análise da liquidez da empresa face ao pagamento de dívidas de curto prazo através de recursos de curto prazo. Sinaliza quantos reais (R\$) a empresa possui para cada R\$1,00 (Hum real) de dívida contraída.

Liquidez Geral : Análise de liquidez da empresa para quitação de dívidas longo e curto prazos através de recursos de curto e longo prazo. Sinaliza quantos reais (R\$) a empresa possui para cada R\$1,00 (Hum real) de dívida contraída.

Liquidez Seca : Análise da liquidez da empresa face ao pagamento de dívidas de curto prazo através de recursos de curto prazo de liquidez acentuada sem levar em conta os seus estoques pois os mesmos são considerados recursos de menor liquidez. Sinaliza quantos reais (R\$) a empresa possui para cada R\$1,00 (Hum real) de dívida contraída.

Garantia de Capital de Terceiros: Análise da relação do Capital Próprio aplicado na entidade face à influência de Recursos de Terceiros para executar as atividades da empresa. Sinaliza quantos reais (R\$) a empresa possui para cada R\$1,00 (Hum real) de recursos de terceiros aplicados na execução de suas atividades.

Imobilização do Patrimônio Líquido: Análise do comportamento da empresa ao destinar os recursos próprios investidos. Sinaliza quanto a empresa investiu no aumento do seu imobilizado, de cada R\$1,00 (Hum real) dos recursos próprios investidos.

3.3) Fórmula de Cálculo

Liquidez Corrente : Índice resultante da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante (AC / PC).

Liquidez Geral : Índice resultante da divisão do Ativo Circulante mais Ativo Realizável a Longo Prazo pelo Passivo Circulante mais o Passivo Exigível a Longo Prazo ($AC + ARLP / PC + PELP$).

Liquidez Seca : Índice resultante da divisão do Ativo Circulante menos o Estoque pelo passivo circulante ($AC - E / PC$).

Garantia de Capital de Terceiros: Índice resultante da divisão do Patrimônio Líquido pelo Passivo Circulante mais o o Passivo Exigível a Longo Prazo ($PL / PC + PELP$).

Imobilização do Patrimônio Líquido: Índice resultante da divisão do Ativo Permanente pelo Patrimônio Líquido (AP / PC).

3.4) Responsável pelo cálculo/medição

Todos os indicadores financeiros são apurados pela Seção de Contabilidade – SECON, do Departamento Financeiro.

IV. ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

1) Programas

1.1) Identificação dos programas, das Metas e dos Valores Realizados

Os resultados alcançados na realização dos programas pactuados de acordo com a Lei Orçamentária de 2006 e reajustados pelo Decreto Lei nº 5.971, publicado no Diário Oficial da União em 28 de novembro de 2006, foram os seguintes:

COMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA
QUADRO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS
INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO - REALIZADOS
Em R\$1,00

PROGRAMAS	VALORES			
	A	B	C	D
	APROVADOS	REPROGRAMADOS	REALIZADOS	ÍNDICE C / B (%)
Manutenção, Adequação e expansão da infraestrutura operacional.	1.150.000	3.611.600	2.431.182	67,32
Manutenção, adequação e aquisição de ativos de informática e teleprocessamento.	750.000	591.183	518.891	87,77
Manutenção, adequação e aquisição dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos.	100.000	15.000	14.728	98,18
TOTAL	2.000.000	4.217.783	2.964.801	70,29

Fonte: ASPLA / Orçamento

1.2) Indicadores ou parâmetros utilizados na análise

Para as análises sobre os programas acima identificados, foram utilizados os respectivos índices de realização percentual, calculados conforme fórmula expressa na tabela acima.

Como já informado neste relatório, os programas da CEASAMINAS estão sujeitos ao controle da realização financeira, somente.

1.3) Avaliação do resultado

a) Programa Manutenção, adequação e aquisição dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos (20.605.0807.4102.0031):

Realização dentro dos parâmetros orçamentários estabelecidos pela Diretoria Executiva da empresa. Montante aplicado em aquisições de equipamentos e máquinas simples para a melhoria dos serviços prestados ao conjunto de usuários da CEASAMINAS. Também foram adquiridos alguns móveis e acessórios para a melhoria das condições de trabalho dos empregados da CEASAMINAS.

b) Programa Manutenção, adequação e aquisição de ativos de informática, informação e teleprocessamento (20.605.0807.4103.0031):

No exercício de 2006 a CEASAMINAS adquiriu um sistema integrado de gestão, com o intuito de integrar suas bases de dados e prover informações gerenciais de forma mais rápida, organizada e confiável. A implantação deste sistema trará significativa economia para a empresa, com menos retrabalho das informações e remanejamento de pessoal próprio. Para atender aos requisitos técnicos deste sistema, a empresa adquiriu 50 novos computadores e as respectivas licenças de software necessárias para sua utilização. Também foram adquiridas 15 novas impressoras a laser. Estas, além de mais rápidas e com maior resolução, ainda possuem melhor relação custo/benefício, trazendo economia para a empresa nos gastos com cartuchos de impressoras. A diferença entre o orçado e o realizado se deve, principalmente, ao andamento da implantação do sistema integrado de gestão, cujo pagamento se dá por módulo implantado. Houve a postergação da entrega de alguns módulos, em função das necessidades da CEASAMINAS em estar mapeando e redesenhando alguns de seus processos internos impactados diretamente pela implantação do sistema.

c) Programa Manutenção, adequação e expansão da infra-estrutura operacional (20.605.0807.4105.0031):

A programação realizada em julho de 2005 previa, para este programa, o montante de R\$ 1.150.000 (um milhão, cento e cinquenta mil reais). Esta programação foi realizada em um contexto de mudanças na Diretoria Executiva e, por esse motivo, acabou mostrando-se aquém das reais necessidades da empresa para o ano de 2006, frente às ações propostas pela nova Diretoria. Logo, em julho de 2006, a empresa propôs uma reprogramação que elevou o montante a ser aplicado para R\$ 3.611.600 (três milhões, seiscentos e onze mil e seiscentos reais). Isso representou uma reprogramação da ordem de 314,05 %. As expectativas de receitas advindas da licitação de novas áreas nos entrepostos da CEASAMINAS, principalmente as do Pavilhão G1, na unidade de Contagem/MG, respaldavam tal reprogramação. Mas uma série de fatores fez com que estas expectativas se frustrassem. Dentre estes fatores, podemos destacar o andamento do processo do Acórdão 1035/05, do Tribunal de Contas da União. Este Acórdão trouxe para a CEASAMINAS severas imposições que dificultaram a situação da empresa e fizeram com que o interesse do mercado pelas áreas da empresa diminuísse bastante. Como resultado, diversas licitações para concessão do direito real de uso das áreas da CEASAMINAS foram frustradas. Esse desinteresse do mercado também fez com que a empresa tomasse a decisão estratégica de adiar a licitação do Pavilhão G1. Só esta licitação seria responsável pelo aporte de, aproximadamente, R\$ 3.000.000 (três milhões de reais) e aumentaria a arrecadação mensal com a T.U. (Tarifa de Uso – valor pago pelos concessionários mensalmente pelo uso das áreas. Pode ser entendida como uma espécie de “aluguel”). Desta forma, o fluxo de caixa necessário para a completa realização do valor orçado não se realizou. Mesmo diante deste quadro, a CEASAMINAS conseguiu aplicar neste programa, no exercício de 2006, um total de R\$ 2.431.182 (dois milhões, quatrocentos e trinta e um mil, cento e oitenta e dois reais). Esse montante representa 67,32% do valor reprogramado e 211,41% do valor da programação original de investimentos. Foi dada ênfase para as obras da Unidade Contagem: Construção do Pavilhão G1, construção do muro de divisa, construção dos estacionamento 1 e 2 e reforma e adequação do leiaute do prédio da Administração. Em consonância com as políticas públicas do Governo Federal, a CEASAMINAS também priorizou a construção da sede do PRODAL Banco de Alimentos, o que irá expandir as ações de combate ao desperdício e da promoção da segurança alimentar.

2) Desempenho Técnico-operacional

Abaixo, apresentamos o relatório do desempenho técnico-operacional da empresa, elaborado pelo Departamento Técnico, através da sua Seção de Informações de Mercado – SECIM.

A Centrais de Abastecimento de Minas Gerais em 2006

Pelo segundo ano consecutivo, o setor agrícola brasileiro amargou pesadas perdas em seus resultados. Este revés aparentemente se refletiu no volume do aporte global da empresa, visto que ficou registrado uma queda de mais de 2% sob os **resultados** do ano passado. Interessante ainda ressaltar, que o entreposto Grande BH foi responsável por aproximadamente 97% de todo o produto negociado pela estatal, e nesse sentido o recuo de mais de 3% em seus registros de 2005 foi preponderante para que esta situação negativa se desenhasse. Outro fato interessante foi o crescimento substancial da Central de Abastecimento de Uberlândia, visto que pelo segundo ano **consecutivo** este mercado (que detém um importante papel estratégico na empresa) obteve importantes resultados em seus aportes.

Oferta de produtos nas unidades de atacado da CeasaMinas (1000 ton.)

Unidades Atacadistas	2005	2006	Variação %
Grande BH	2.527,4	2.444,8	-3,3
Uberlândia	160,8	170,6	6,1
Juiz de Fora	75,6	82,5	9,1
Governador Valadares	31,6	33,5	6,0
Caratinga	26,6	28,2	6,0
Total	2.822,0	2.759,6	-2,2

Fonte: Setor de Estudos Estratégicos - CeasaMinas Grande BH

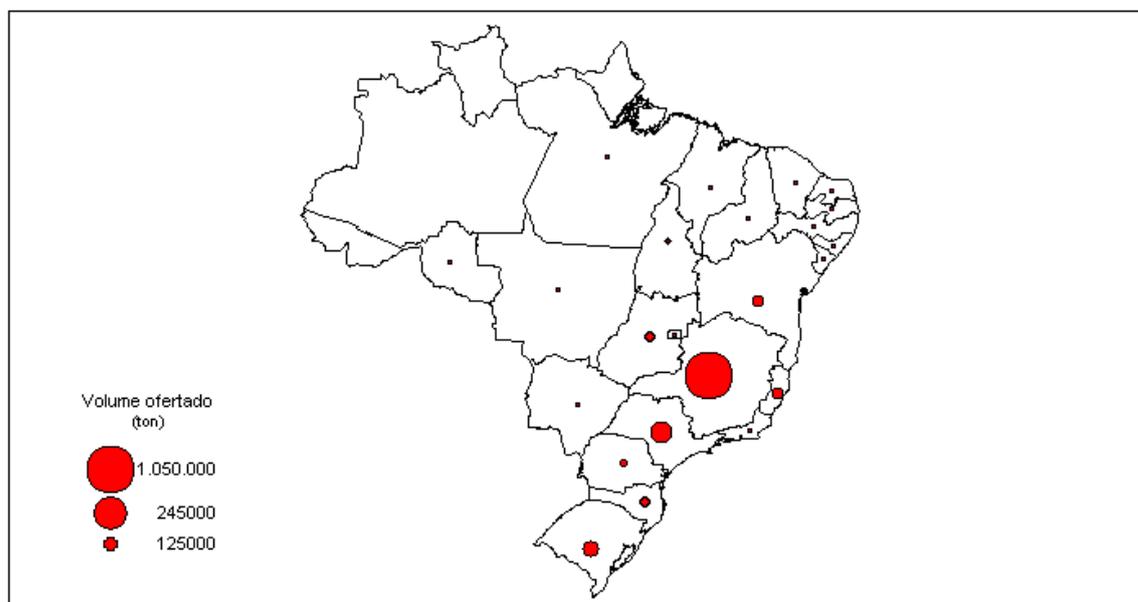
Ainda há que se destacar o desempenho do entreposto de Juiz de Fora, visto que este mercado obteve um crescimento superior a 9% o que lhe conferiu posição de destaque na oscilação deste indicador. Apesar dessas variações descritas, talvez a que teve maior relevância, foi a consistência apresentada por quase todas as unidades, ou seja, o crescimento notado se deu de maneira bastante uniforme, para tanto basta comparar as taxas de pico (9,1%) e vale (6,0%), isso se desprezarmos o revés apresentado pela entreposto central da empresa.

Oferta nas unidades da CeasaMinas por setores de produtos (1000 ton.)

Setores	2005	2006	Variação %
Hortigranjeiros	1.599,8	1.638,9	2,4
Cereais	184,0	161,9	-12,0
Industrializados Alimentícios	852,7	811,4	-4,8
Industrializados Não alimentícios	185,5	147,4	-20,5
Total	2.822,0	2.759,6	-2,2

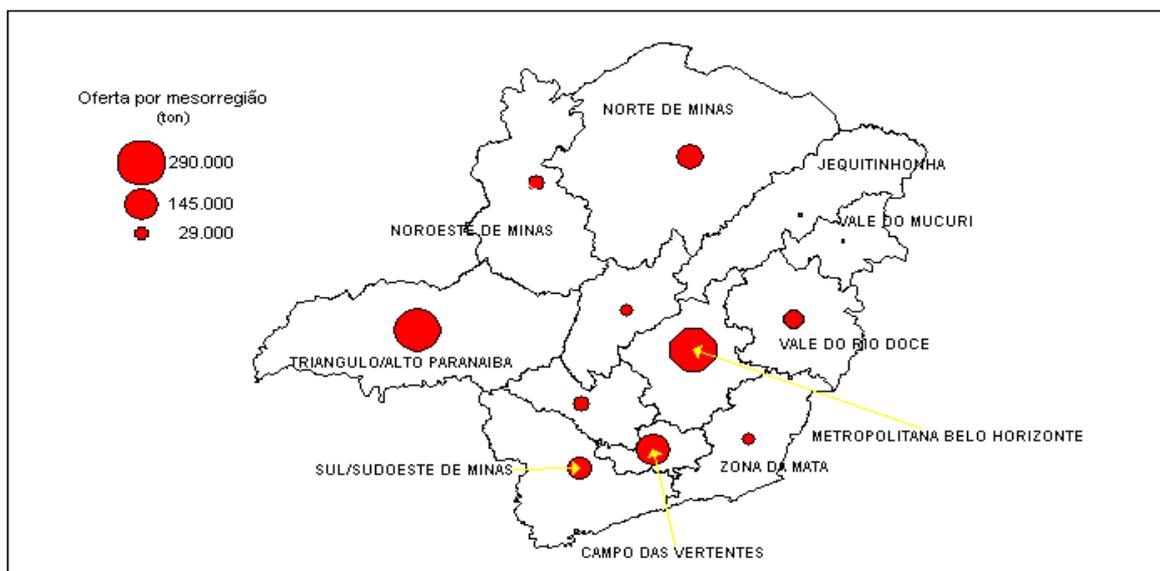
Fonte: Setor de Estudos Estratégicos - CeasaMinas Grande BH

Procedência, por estados, dos hortigranjeiros e cereais ofertados na CEASAMINAS - 2006



Fonte: SEEST/DETEC - CeasaMinas

Com relação aos segmentos de produtos negociados na empresa, o grupo de hortigranjeiros (que detém importante papel) refletiu bem as condições meteorológicas favoráveis ocorridas, sobretudo em mesorregiões próximas ao entreposto de Contagem. Já o setor de cereais foi influenciado por queda na área cultivada, em relação à safra passada, além de um prolongado período de estiagem que assolou as principais regiões produtoras.



Estas condições adversas resultaram em quebras de safras de feijão, milho, sorgo, soja, dentre outros. Ainda é importante ressaltar, que mesmo antes desses fenômenos descritos, esta tendência já se projetava de forma bastante contundente, principalmente em virtude das más condições de mercado para vários grãos. A seca intensificou ainda mais essa redução, uma vez que houve áreas perdidas de diversas culturas, principalmente nas regiões Norte, Noroeste e Jequitinhonha/Mucuri, apesar do efeito maior ter sido no rendimento médio o que afetou a produção final. As chuvas na época da colheita de verão atrasaram os plantios da safrinha, acentuando ainda mais esses decréscimos. Segundo dados do IBGE, a partir de uma área de 2.847.037 ha, foram colhidas 8.560.385 toneladas de grãos. Os 28 maiores produtores do estado foram responsáveis por aproximadamente 50% dessa produção, o que reflete grande concentração de produção.



Fonte: Setor de Estudos Estratégicos – CEASAMINAS Grande BH

O segmento dos produtos industrializados alimentícios passou por um revés de praticamente 5% no ano. Esta situação pode ser explicada, pelo menos em parte, pela tendência de estagnação por que passou a economia brasileira neste período. Importante ainda ressaltar que tais itens detêm um elevado valor agregado, nesse sentido, alterações no poder de compra do consumidor refletiram diretamente nos resultados do setor. Por fim o rol de industrializados não alimentícios foi aquele que demonstrou pior retrospectiva. Este fenômeno refletiu diretamente a tendência de descentralização vivida pelo mercado, pois, é crescente o

número de negociantes de tais produtos, que ao longo dos últimos anos vem se estabelecendo na região “em torno” do entreposto Grande BH.

A estabilidade vivida pela economia brasileira, no decorrer de todo o ano de 2006 pode ser facilmente sentida, a partir da análise dos preços médios praticados na estatal. De modo geral, os preços médios praticados pela estatal se mantiveram em patamares bem próximos àqueles registrados em 2005, para tanto basta ressaltar uma majoração inferior a 1% no indicador. Esta situação foi lastreada principalmente pelo desempenho do entreposto de Contagem, pois devida a sua elevada participação percentual no aporte global da empresa, os números gerais invariavelmente tendem acompanhar as tendências deste mercado. O mercado de Uberlândia, que tem como característica marcante a grande diversificação de seus itens negociados, apresentou a maior evolução de valores médios (próxima de 5%). Este fato está diretamente relacionado à queda notada no setor de produtos industrializados. Por outro lado também ficou evidente a influência dos excelentes resultados obtidos pelo setor de hortigranjeiros, pois, as unidades de Governador Valadares e Caratinga (onde o “carro-chefe” de seus negócios é este segmento.) registraram quedas em seus indicadores médios.

**Preços médios registrados no complexo atacadista da CeasaMinas,
por unidade (R\$ / kg)**

Unidades Atacadistas	2005	2006	Variação %
Grande BH	1,20	1,21	0,8
Uberlândia	1,02	1,07	4,9
Juiz de Fora	0,86	0,88	2,3
Governador Valadares	0,97	0,95	-2,1
Caratinga	0,70	0,68	-2,9
Média	1,17	1,18	0,9

Fonte: Setor de Estudos Estratégicos - CeasaMinas Grande BH

O segmento de cereais foi aquele onde a relação existente entre oferta e demanda se deu de forma mais inesperada. As expectativas dos agentes eram de possíveis majorações nos valores médios de comercialização deste grupo de produtos, o que seria perfeitamente explicável se levar em consideração os problemas ocorridos na oferta (queda superior a 12%) em decorrência da crise que atravessa o setor agrícola mineiro e por extensão o brasileiro.

**Preços médios nominais, por grupo de produtos na CeasaMinas
(R\$/kg)-2005/2006**

Setores	2005	2006	Variação (%)
Hortigranjeiros	0,85	0,86	1,2
Cereais	1,25	1,07	-14,4
Industrializados Alimentícios	1,41	1,56	10,6
Industrializados Não alimentícios	2,75	2,76	0,4
Média Geral	1,17	1,18	0,9

Fonte: Setor de Estudos Estratégicos - CeasaMinas Grande BH

Por outro lado, os itens industrializados alimentícios reagiram de forma mais que proporcional às alterações sofridas em seu aporte. Este fenômeno pode, em parte, ser explicado pela complexidade no processo de produção de tais itens, o que resulta numa probabilidade maior de instabilidade e previsibilidade, devido à inserção de grande número de variáveis no procedimento. Ainda há que se destacar a tendência de estabilidade apresentada pelo principal segmento (em volume) comercializado pela CEASAMINAS: os hortigranjeiros. A interação de um incremento considerável em seus volumes comercializados e uma inflação de aproximadamente 3% a.a. resultou numa oscilação positiva discretamente superior a 1% no indicador.



Fonte: Setor de Estudos Estratégicos – CEASAMINAS Grande BH

Em 2006 o segmento de hortigranjeiros foi responsável por aproximadamente 43% de todo os recursos movimentados na estatal. Este número vem corroborar com o bom momento vivido pelo setor, para tanto basta citar que no ano passado esta relação ficou em torno de 41%. Esta oscilação está mais ligada às alterações na oferta do que propriamente nos preços médios vistos. O setor de cereais registrou uma circulação de quase 174 milhões de reais, o que sugeriu uma queda de quase 24% sob os registros de 2005. A reação no grupo de industrializados alimentícios apresentou uma característica diferente. A relação existente entre a queda no volume negociado e a majoração nos valores médios de venda resultou numa oscilação positiva nos aportes globais de 2005 em aproximadamente 6%. Também a participação deste segmento no volume global de recursos movimentado em 2006 se apresentou superior àquela vista no ano anterior.

Valor estimado da comercialização na CeasaMinas, por grupo de produtos (milhões R\$) - 2005/2006

Setores	2005	2006	Variação (%)
Hortigranjeiros	1.362,3	1.415,4	3,9
Cereais	229,2	173,9	-24,1
Industrializados Alimentícios	1.199,5	1.266,9	5,6
Industrializados Não Alimentícios	509,2	406,3	-20,2
Total	3.300,2	3.262,5	-1,1

Fonte: Setor de Estudos Estratégicos - CeasaMinas Grande BH

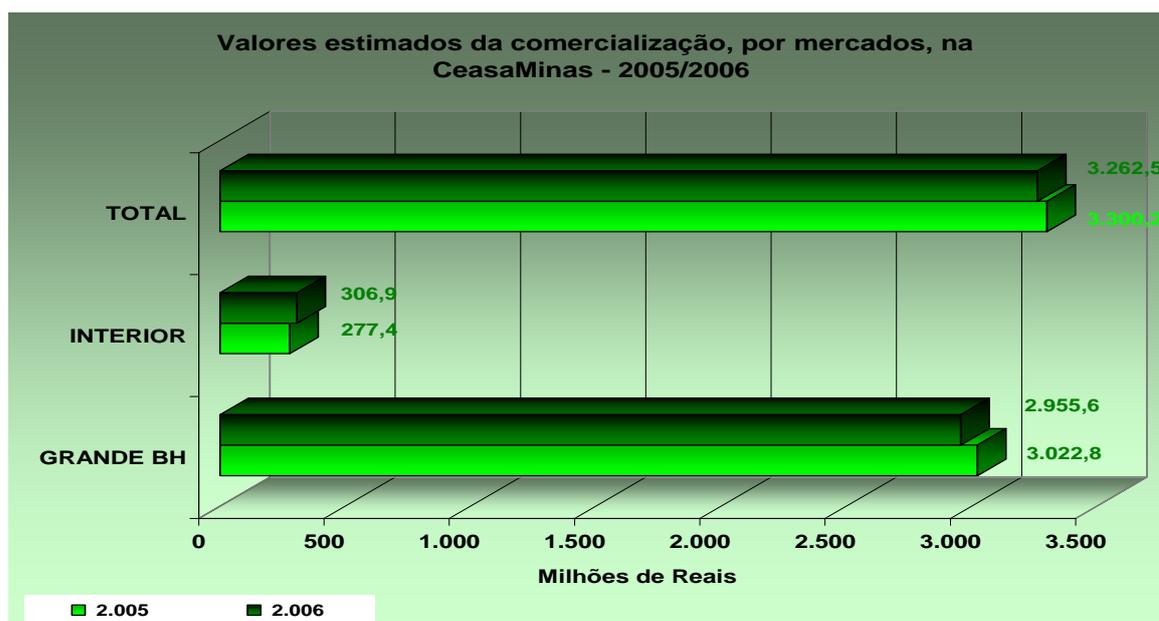
De modo geral, o volume de recursos oriundos de negociações efetuadas na CEASAMINAS esteve em 2006 discretamente inferior àquele registrado em 2005. O entreposto de Contagem que devido a sua importância no contexto da empresa, exerce papel de “balizamento” destes resultados, também obedeceu esta mesma tendência, para tanto basta ressaltar que a sua participação passou de 92% (2005) para 91% (2006). Situação oposta viveu o mercado de Uberlândia que teve sua informação majorada em 1%. Interessante ainda ressaltar que este entreposto, vem ao longo dos últimos anos, consolidando a sua participação no contexto da CEASAMINAS, a partir de uma administração moderna e com objetivos bem definidos, deixou de ser uma promessa para assumir lugar de destaque no abastecimento da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (bem como alguns pontos do interior paulista e goiano).

Valor estimado da comercialização nos entrepostos da CeasaMinas (milhões R\$) - 2005/2006

Unidades Atacadistas	2005	2006	Variação (%)
Grande BH	3.022,8	2.955,6	-2,2
Uberlândia	163,4	183,1	12,1
Juiz de Fora	64,7	72,9	12,7
Governador Valadares	30,8	31,7	2,9
Caratinga	18,5	19,2	3,8
Total	3.300,2	3.262,5	-1,1

Fonte: Setor de Estudos Estratégicos - CeasaMinas Grande BH

A importância do entreposto Grande BH pode ser facilmente mensurada a partir de sua participação no volume de recursos global transacionados. Em 2006 este indicador ficou bem próximo dos 3 bilhões de Reais (contra 3 bilhões em 2005). Situação oposta viveram as unidades do interior, visto que saltaram de pouco mais de 277 milhões de Reais para praticamente 306 milhões.



Fonte: Setor de Estudos Estratégicos – CEASAMINAS Grande BH

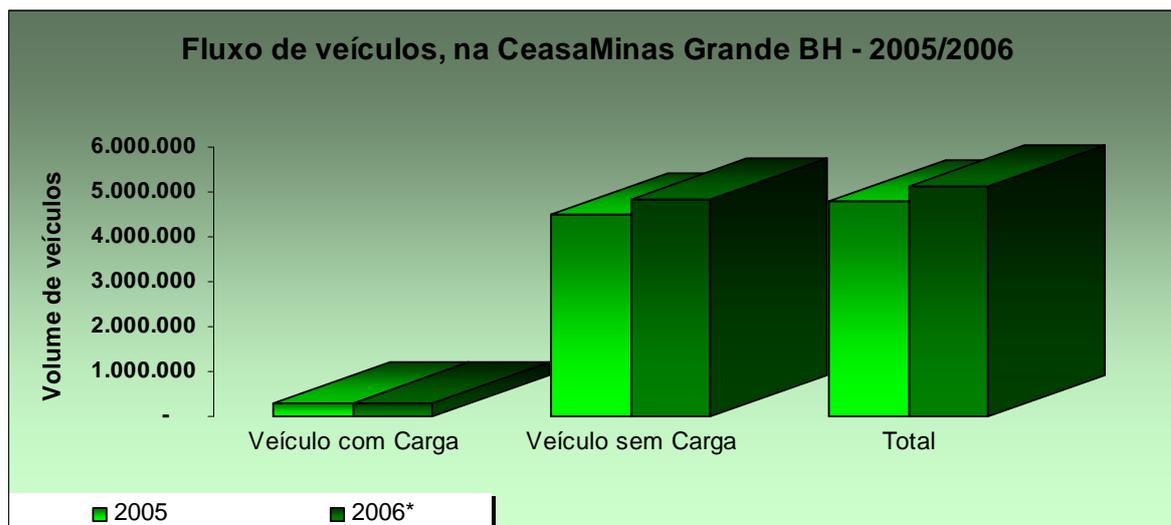
Fluxo de veículos - CeasaMinas Grande BH - 2005/2006

	2005	2006*	Var. (%)
Veículo com Carga	286.133	290.164	1,4
Veículo sem Carga	4.502.290	4.835.684	7,4
Total	4.788.423	5.125.848	7,0

Fonte: Seção de Informação de Mercado - CeasaMinas Grande BH

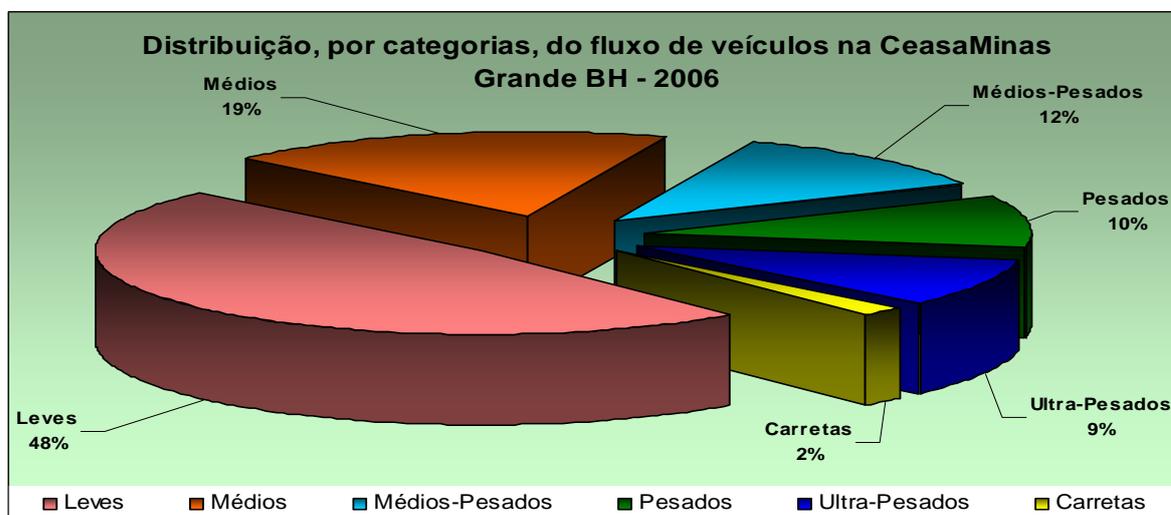
* dezembro foi estimado.

De modo geral, pouco mais de 5,1 milhões veículos trafegaram pelo entreposto Grande BH da CEASAMINAS em 2006, sendo que deste volume, aproximadamente 290 mil foram responsáveis pela movimentação de mais de 2,4 milhões de toneladas no mercado. Em média, cada veículo deste transportou 8,4 toneladas.



Fonte: Setor de Estudos Estratégicos – CEASAMINAS Grande BH

Se para o transporte da mercadoria a preponderância foi para veículos de média capacidade de carga, também ficou evidente a disposição de utilização de veículos leves (principalmente por parte de compradores). Outro fato importante a ser mencionado, é a tendência em se utilizar veículos com a capacidade de carga cada vez mais ampliada, para tanto basta citar que as categorias dos pesados, extra-pesados e carretas demonstraram majorações quando comparadas com o indicador do ano de 2005.



Fonte: Setor de Estudos Estratégicos – CEASAMINAS Grande BH

Classificação de veículos, conforme capacidade de carga

Leves	Médios	Médio Pesados	Pesados	Ultra Pesados	Carretas
até 400 kg	de 401 a 1.500 kg	de 1.501 a 4.000kg	de 4.001 a 9.000 kg	de 9.001 a 18.000 kg	de 18.001 a 60.000 kg

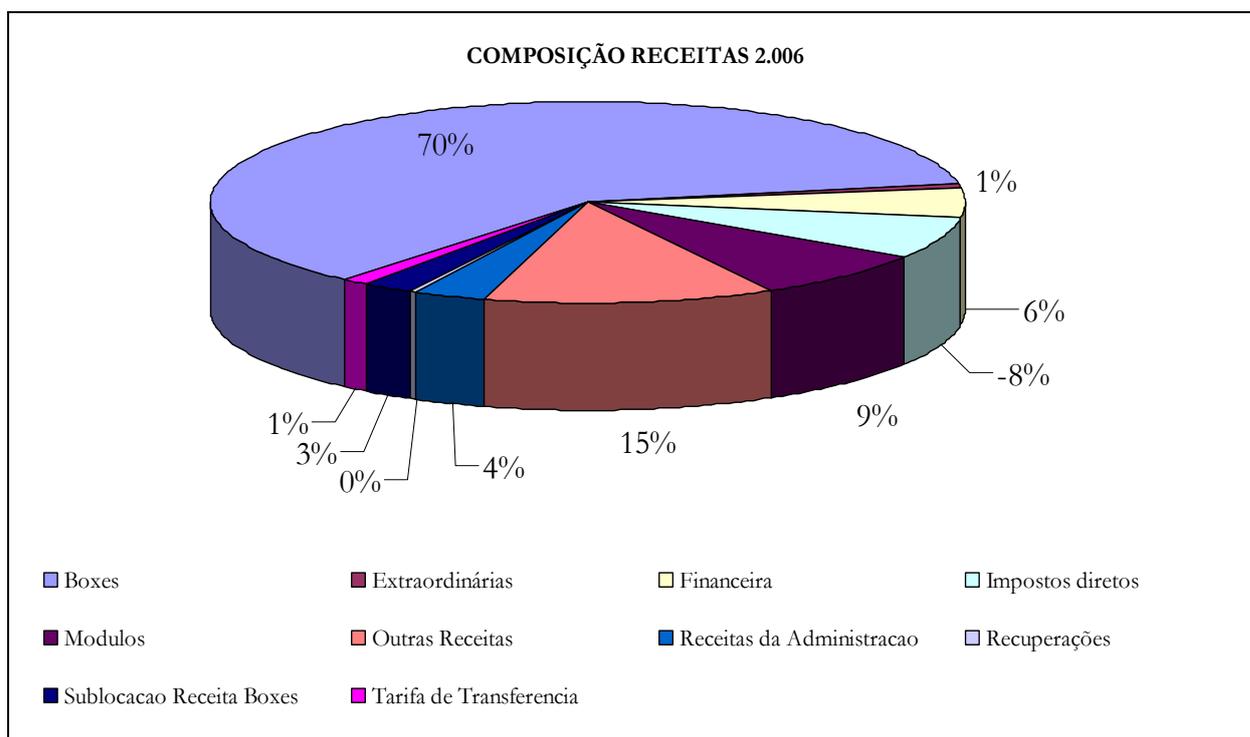
Fonte: Setor de Estudos Estratégicos – CEASAMINAS Grande BH

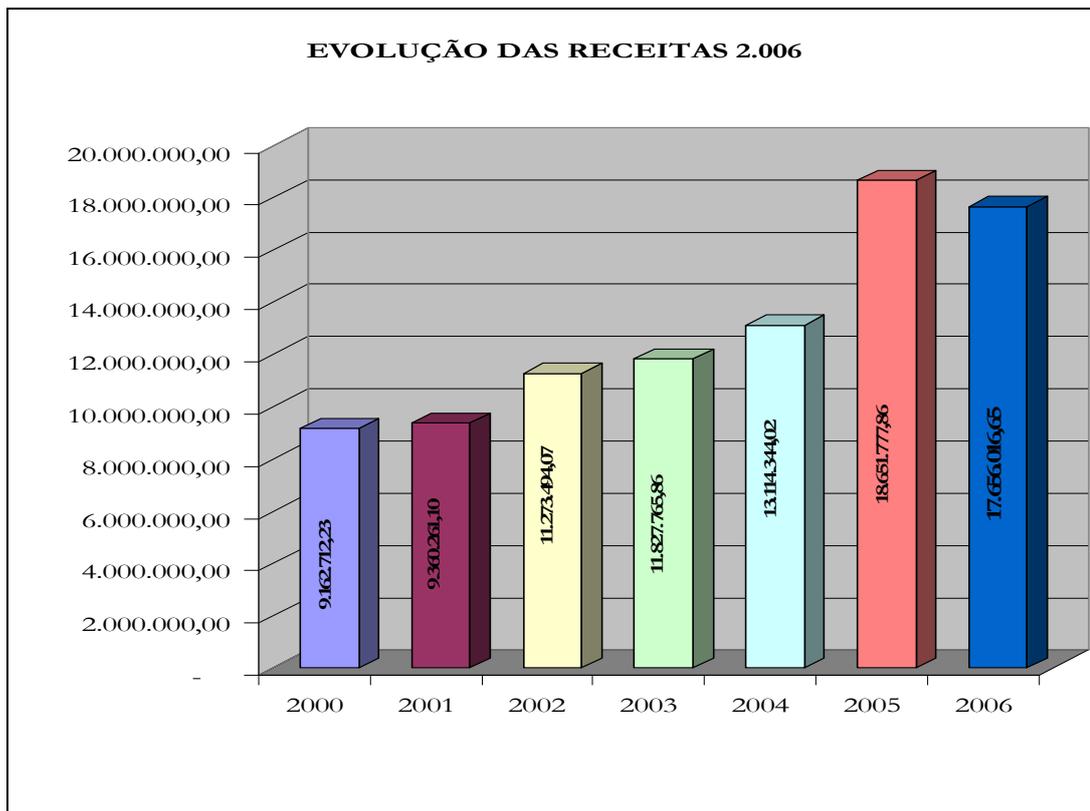
3) Desempenho Econômico / Financeiros

O ano de 2006, em termos de gestão econômico-financeira, foi marcado por fortes intervenções na Empresa, visando o desenvolvimento de suas atividades, em especial nos investimentos de longo prazo representados pelos seus ativos imobilizados, os quais se reverterão brevemente em fonte de novas receitas.

3.1) COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS

As principais fontes dos ingressos financeiros da empresa continuam sendo as permissões/concessões de uso dos espaços destinados à comercialização dos produtos alimentícios e não alimentícios e das áreas destinadas à prestação de serviços complementares e de apoio ao complexo operacional de seus entrepostos. Este conjunto de receitas compõe o quadro das Tarifas de Uso – TU. As receitas com a Tarifa de Uso perfazem 70% do montante total de receitas da CEASAMINAS.

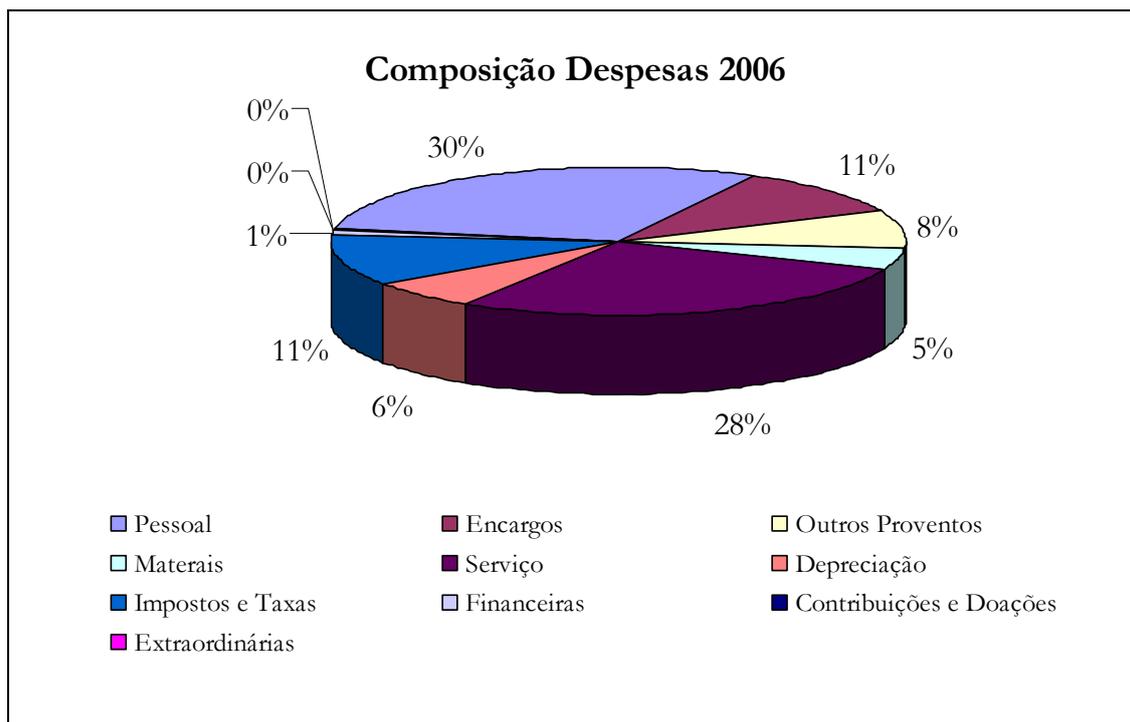




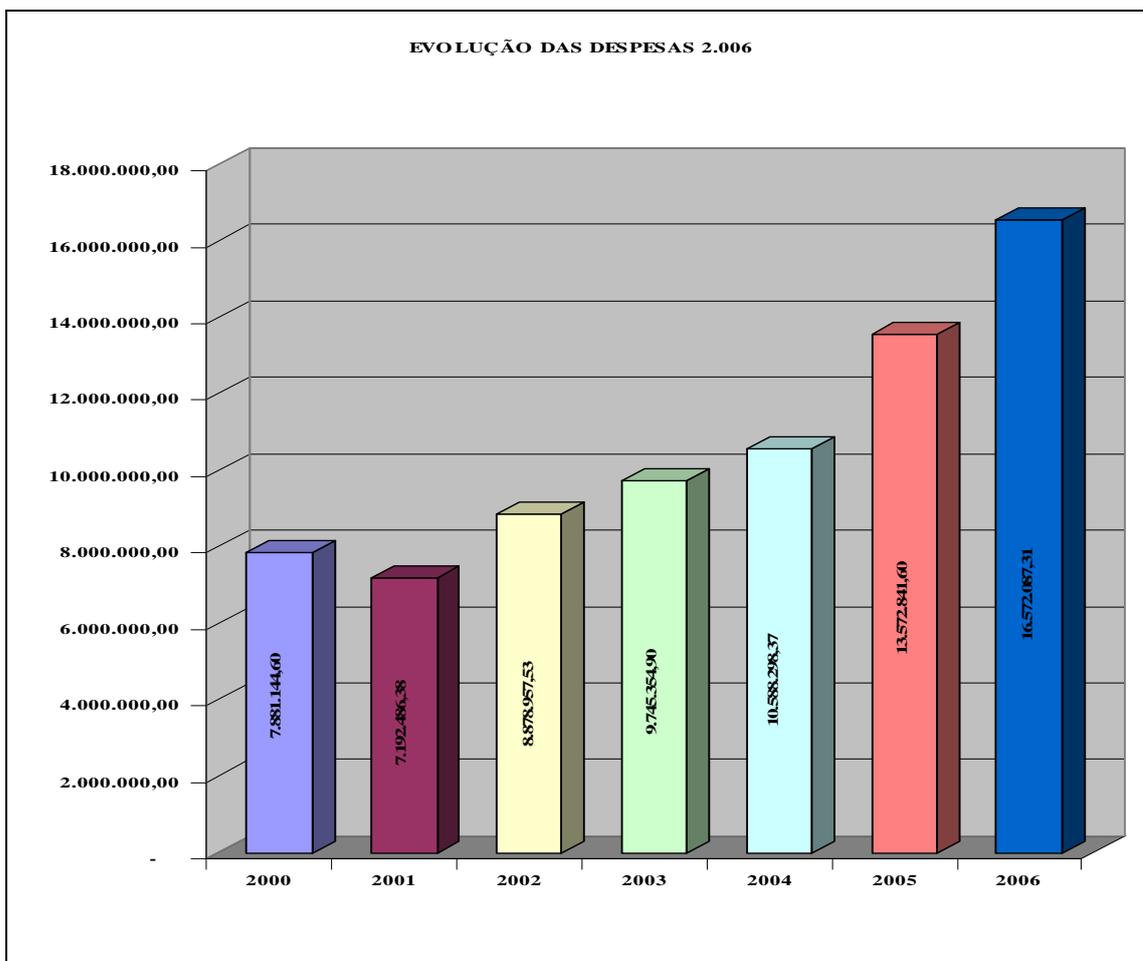
Fonte: SECON-DEFIN

3.2) COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS

Como pode ser observado no quadro de composição das despesas abaixo, pode-se destacar a presença marcante, na composição das despesas, das sub-contas serviços, pessoal e encargos que juntas somam 49% das despesas da Empresa. As terceirizações alcançaram o montante de 28% do total de despesas do corrente ano, o que condiz com as atribuições da Empresa de gestão e prestação de serviços.



Fonte: SECON-DEFIN

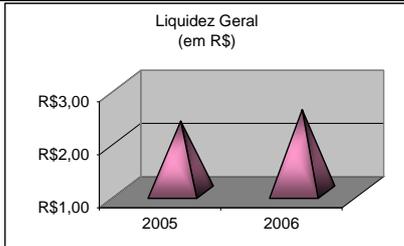
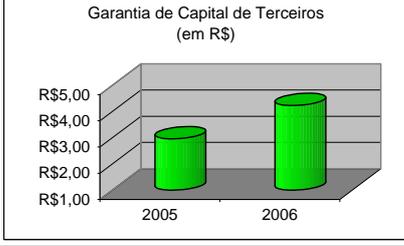
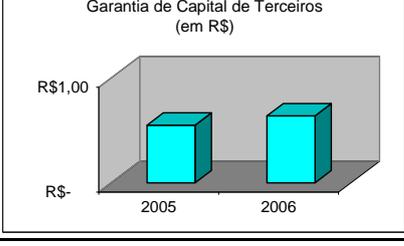


Fonte: SECON-DEFIN

3.3) ÍNDICES DE LIQUIDEZ DA CEASAMINAS

CEASA - MG.		
Análise dos Índices de Liquidez		
	2005	2006
Liquidez Corrente (em R\$)	R\$ 1,96	R\$ 2,00
<p style="text-align: center;">Liquidez Corrente (em R\$)</p>	<p>Ativo Circulante em 31/12/05 = 11.170.033,03 = 1,98 Passivo Circulante em 31/12/05 = 5.635.174,67</p> <p>Ativo Circulante em 31/12/06 = 7.910.133,07 = 2,00 Passivo Circulante em 31/12/06 = 3.957.257,18</p> <p>Já em 2005 para cada R\$ 1,00 de obrigações a pagar em curto prazo, a empresa possui R\$ 1,98 para quitação, havendo uma redução na liquidez corrente de 1,66 em 2004 para um R\$ 0,98 em 2.005.</p> <p>Já em 2006 para cada R\$ 1,00 de obrigações a pagar em curto prazo, a empresa possui R\$ 2,00 para quitação, havendo um aumento na liquidez corrente de 1,96 em 2005 para R\$ 2,00 em 2.006.</p>	
Liquidez Seca (em R\$)	R\$ 1,96	R\$ 1,96
<p style="text-align: center;">Liquidez Seca (em R\$)</p>	<p>Ativo Circulante (11.170.033,03) - Almoxarifado (137.249,31) em 31/12/05 = 11.032.783,72 = 1,96 Passivo Circulante em 31/12/05 = 5.635.174,67</p> <p>Ativo Circulante (7.910.133,07) - Almoxarifado (150.729,74) em 31/12/06 = 7.759.403,33 = 1,96 Passivo Circulante em 31/12/06 = 3.957.257,18</p> <p>Indica que para cada real de dívida a curto prazo, existe o valor de R\$ 1,96, para pagamento, no ativo circulante demonstrando constância de índices</p>	

Fonte: SECON-DEFIN

CEASA - MG.				
Análise dos Índices de Liquidez				
	2005		2006	
Liquidez Geral (em R\$)	R\$	2,34	R\$	2,56
 <p>Liquidez Geral (em R\$)</p>	<p>Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo em 31/12/05 = 14.181.740,53 = 2,34 Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo em 31/12/05 = 6.060.873,93</p> <p>Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo em 31/12/06 = 11.047.655,57 = 2,56 Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo em 31/12/06 = 4.322.966,62</p> <p>Indica que para cada real de dívida a curto e a longo prazo, existe o valor de R\$ 2,56 apurado em 2006, para pagamento, no ativo circulante mais realizações a longo prazo.</p>			
Garantia de Capital de Terceiros (em R\$)	R\$	2,96	R\$	4,23
 <p>Garantia de Capital de Terceiros (em R\$)</p>	<p>Patrimônio Líquido em 31/12/05 = 17.957.454,43 => 2,96 Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo em 31/12/05 = 6.060.873,93</p> <p>Patrimônio Líquido em 31/12/06 = R\$18.305.702,93 => 4,23 Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo em 31/12/06 = 4.322.966,62</p> <p>Indica que a empresa possui disponibilidade de R\$4,23 para cada R\$1,00 (Hum real) de recursos de terceiros aplicados na execução de suas atividades.</p>			
Imobilização do Patrimônio Líquido (em R\$)	R\$	0,55	R\$	0,64
 <p>Garantia de Capital de Terceiros (em R\$)</p>	<p>Ativo Permanente em 31/12/05 = R\$9.836.587,83 = 0,55 Patrimônio Líquido em 31/12/05 = 17.957.454,43</p> <p>Ativo Permanente em 31/12/06 = R\$11.697.096,81 = 0,64 Patrimônio Líquido em 31/12/06 = R\$18.305.702,93</p> <p>Indica que para cada R\$1,00 (Hum real) dos recursos próprios investidos, a empresa imobilizou R\$0,64 no exercício de 2006.</p>			

Fonte: SECON-DEFIN

BREVE RELATO DO CENÁRIO DA EMPRESA EM 2006

Para uma melhor análise das peças contábeis e suas variáveis faz-se necessário a apresentação de um breve relato sobre o cenário decorrido ao longo do ano de 2006 em torno da CEASAMINAS.

Sob os efeitos decorrentes da decisão do Tribunal de Contas da União - TCU sobre a obrigatoriedade de licitar todas as áreas já ocupadas, o reflexo negativo é percebido na queda das Receitas da Empresa e redução do volume comercializado no entreposto devido à incerteza que impera. Frente a isto a atual Diretoria Executiva concentrou esforços visando à busca de uma solução que seja ideal para a Empresa e para a garantia da regulação normal do abastecimento em todas suas unidades. Através de pedidos de embargos, de reexame, de contatos diretos com os conselheiros do TCU, contatos com Auditoria Geral da União, com Ministério Público Federal, Casa Civil da Presidência da República, Deputados Federais e contratação de Escritório de Advocacia de especialistas com notoriedade em Direito Administrativo, tem buscado o melhor caminho a ser trilhado. Contudo apesar da solução ideal não ter se concretizado em 2006, todas novas áreas foram ofertadas ao mercado através de processo licitatório sendo que alguns certames ficaram desertos em função da instabilidade apresentada até o momento.

Visando o bem estar social e procurando eliminar um grande problema com o qual convivia diariamente no entreposto de Contagem, de atropelamentos e usuários e da população do entorno, após aprovação dos Conselhos superiores a Direção da empresa firmou

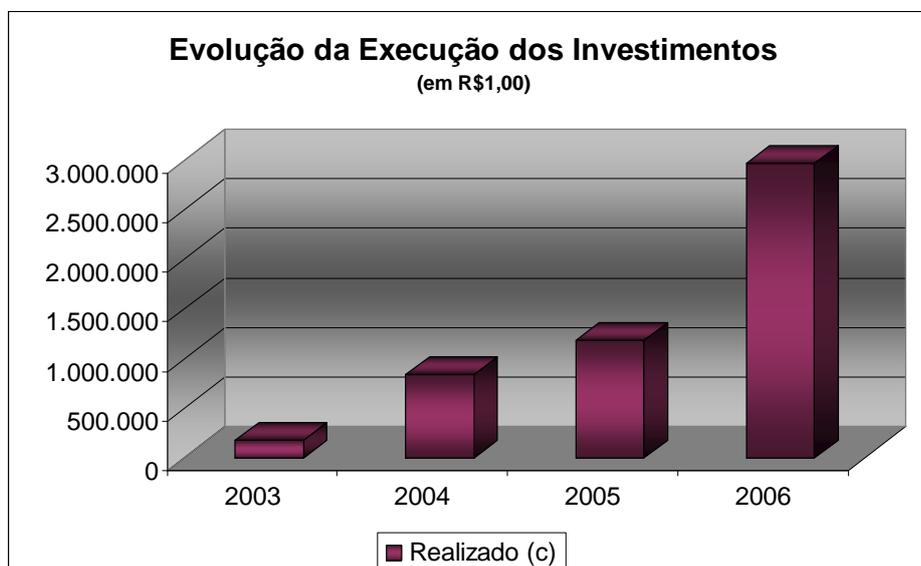
um convênio com a Prefeitura de Contagem para a construção de uma passarela, o que também proporcionaria o melhor acesso e eliminação de manchetes negativas que por sua vez inibiam novos usuários dos serviços ofertados pela Empresa. Como firmado no convênio, a CEASAMINAS assumiria a responsabilidade pela execução da obra e os valores investidos seriam amortizados na despesa desta estatal com a remessa de dejetos sólidos do entreposto que são depositados no aterro municipal. Tal investimento gerou de imediato um desembolso de caixa na ordem de R\$ 543.168,69 que proporcionará queda nas despesas para exercícios futuros, quando das amortizações.

Cumprindo o Estatuto da Empresa foram pagos dividendos no valor de R\$ 659.965,04 e como participação dos empregados distribuídos lucros - PLR no valor de R\$135.831,51, referentes ao exercício 2005, gerando também desembolso de caixa e queda nas disponibilidades imediatas.

Como prestadores de serviços responsáveis pela regulação e garantia do abastecimento alimentício e cumprindo os princípios da Empresa, a Direção Executiva elaborou estudos, que foram aprovados pelos órgãos superiores, buscando a valorização profissional de seus colaboradores. Tal estudo resultou em um realinhamento salarial dos quadros de chefia e técnicos de nível superior, conseqüentemente aumentando as despesas com pessoal e também proporcionando melhorias nos serviços prestados e diminuição do turn-over de pessoal melhor qualificado. Vale citar que foi tomada medida interna que resultou em diminuição de horas-extras.

Outro ponto que destaca nas peças contábeis diz respeito à rubrica “Outras Despesas Operacionais” que apresentou uma variação de 100% em relação ao ano de 2005. Tais valores originaram-se da formação de provisões para contingências trabalhistas, fiscais e patrimoniais em cumprimento das normas contábeis e de recomendações do Conselho Fiscal. O montante de R\$926.845,83 impactou fortemente de modo negativo no Resultado do Exercício. Tais provisionamentos nunca haviam sido realizados.

Seguindo a linha da atual administração, em consonância com o Conselho de Administração, a CEASAMINAS continua na busca constante de investimentos e aumento do patrimônio federal. Após estudos técnicos favoráveis encontra-se em fase final de edificação mais um pavilhão no entreposto de Contagem que proporcionará melhoria e expansão na oferta de produtos e conseqüente incremento na Receita Operacional da Empresa.



Ainda em novembro de 2006 a unidade de Contagem foi vitimada por incêndio que destruiu totalmente um dos seus 39 pavilhões. Tal fato exigiu despesas não previstas e imediatas na ordem de R\$ 300.000,00 além de queda na arrecadação de Tarifas de Uso, causando mais crescimento nas Despesas Operacionais e redução das Receitas da Empresa. Como todas unidades estão cobertas por apólice de seguros a direção da CEASAMINAS está movendo todos esforços para a reconstrução do pavilhão 6 com recursos da indenização.

Pelos dados apresentados, pela expectativa concreta de solução do Embargo do TCU, pelos índices contábeis, pelos investimentos realizados em expansão, percebe-se claramente que a Empresa encontra-se em um cenário favorável de continuidade.

3.4.1) ATIVO CIRCULANTE

A - As disponibilidades sofreram uma redução no ano de 2006, basicamente em virtude da política adotada pela empresa enfatizando investimentos em imobilizado, redução do prazo médio de pagamentos e melhoria na capacitação, valorização do quadro de pessoal e de serviços.

B – A conta despesa de exercícios seguintes sofreu majoração no patamar de 80% advindos, na sua essência, de operações atinentes às T.S.´s que correspondem à formação de direitos reembolsáveis de operações de administração do condomínio dos entrepostos.

C - Durante o exercício em tela a entidade procedeu à construção de uma passarela sobre a BR 040 em regime de permuta junto à Prefeitura Municipal de Contagem, o saldo da contraprestação da aludida contratação é o principal fator de alteração na conta “Valores a Recuperar” (61%).

D – Durante o exercício em tela a entidade se envolveu em variados episódios litigantes no trato de terceirizações no interior de seus estabelecimentos, de exercícios passados, que inexoravelmente foram formadores de ações judiciais junto ao ministério do trabalho e construíram alterações significativas na conta “Adiantamentos” (52%).

3.4.2) REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

A - O Realizável a Longo Prazo acenou para um tímido aumento de 4% do Exercício de 2005 para o de 2006, explicado pelo bloqueio de formação de receitas para alguns usuários inadimplentes com processo judicial de cobrança em andamento e também a formação de Provisões para Devedores Duvidosos (P.D.D.) no montante de 20% dos saldos dos usuários inadimplentes à época.

B - Apesar de a Administração deter de Termo de Quitação do Convênio 11.949/2004, o referido Termo é alvo de análise junto à Controladoria Geral da União (C.G.U.) e essa administração achou por bem não proceder à baixa do crédito até a análise junto ao aludido órgão e procedeu a uma provisão de 50% do saldo prevendo que a análise seja proferida no exercício em tela. Tal fato justifica a variação da conta “Convênio a Recuperar” (-50%).

3.4.3) ATIVO PERMANENTE

A - O Ativo Permanente sofreu majoração no período no patamar de 18%, confirmando enfoque nos investimentos de longo prazo.

3.4.4) PASSIVO CIRCULANTE

A - O passivo circulante sofreu redução basicamente em função da redução da margem operacional que por sua vez provocou uma redução de tributos impactantes dos tipos IRPJ e CSLL. Vale salientar, que a redução da margem operacional também provocou a redução de dividendos a distribuir e a inexistência das participações de empregados.

3.4.5) EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

A - A redução de -86% no Longo Prazo ficou evidenciada, principalmente, na conta Encargos Previdenciários que é composto pela conta INSS Parcelado, valor este que se transferiu para o curto prazo. À tempo cabe esclarecer que durante o período a CEASAMINAS S/A foi protagonista de acordo judicial junto à Prefeitura Municipal de Contagem para o litúgio formado nos anos 1999/2000 referente à base de cálculo do ISSQN.

3.4.6) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A - O Capital Social recebeu aporte no valor de R\$ 1.710.950,60.

B - A conta de Reservas de Lucros composta basicamente pela Reserva Legal, foi majorada em 15% efeito da destinação do lucro do Exercício de 2006 conforme determinação legal.

C - O aumento de aproximadamente 3,00% no Patrimônio Líquido deve-se exclusivamente à destinação de resultado do exercício, o qual foi retido no Patrimônio Líquido.

3.5) ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

3.5.1) RECEITA LÍQUIDA

Houve redução de -1,29% em função da mudança no regime de tributação.

3.5.2) DESPESAS OPERACIONAIS

De uma maneira geral podemos concluir que houve um aumento em todas as Despesas Operacionais em relação ao Exercício de 2005, à exceção das “Recuperações de despesas” e “Financeiras Líquidas” que acusaram redução de -10,30% e -36,30, respectivamente. Destaque há de ser feito para as “Financeiras Líquidas” que se justificam face ao fato da redução das disponibilidades da empresa que empenho enfoque agressivo no investimento em imobilizado próprio. À tempo cabe atentar para o crescimento das rubricas de serviços e impostos e taxas que alcançaram índices de 19,35% e 58,41%, esse último justificado pela correta apropriação de multa de ofício processo trabalhista – oriundo do exercício 2004 – e da variação na conta Despesas de CPMF, ocorrida, principalmente, em função da grande movimentação decorrente dos investimentos realizados em 2006.

3.5.3) RECEITAS OPERACIONAIS

As receitas “Financeiras Líquidas” acenam redução no patamar de -36,20% que se justificam face ao fato da redução das disponibilidades da empresa que empenhou enfoque nos investimentos em imobilização, futuros geradores de receitas.

3.5.4) RESULTADO OPERACIONAL

O Resultado Operacional acenou para redução que alcançou o patamar de -78,76 %. Esta redução foi causada, dentre outros, pelos seguintes motivos:

- Perda de receitas devido ao trâmite da questão do Acórdão 1035/05, o qual impediu a CEASAMINAS de efetuar transferências e teve frustradas diversas licitações de suas áreas de comercialização;
- No exercício em tela a administração procedeu à formação de Despesas com Provisões Para Devedores Duvidosos, Contingências Fiscais e trabalhistas que impactaram os resultados no montante de - 6%.
- Redução das aplicações financeiras e, conseqüentemente, das receitas financeiras delas advindas, devido ao forte ritmo empreendido aos Investimentos da estatal no exercício em tela;
- O incêndio ocorrido na Unidade de Contagem, que destruiu completamente o pavilhão 6 daquele entreposto, causando perda de receitas e elevadas despesas operacionais.

3.6) RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO

O Resultado não Operacional da entidade não sofreu grandes alterações replicando o resultado operacional que apresentou grandes impactos. Nesse cenário a empresa acabou por apresentar redução no resultado operacional no montante de -78,66%.

3.7) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Houve grande alteração em relação ao lucro do Exercício anterior. O que se explica frente aos fatos constantes no breve relato de cenário e pela primeira realização dos provisionamentos recomendados pelo Conselho Fiscal.

3.8) ANÁLISE DOS QUOCIENTES

3.8.1) LIQUIDEZ CORRENTE

Houve uma redução deste índice em relação ao Exercício anterior na margem de 0,04 e este quociente indica que a empresa tem no Ativo Circulante R\$ 1,94 para cada R\$ 1,00 de dívidas à curto prazo, apresentando situação favorável, independente de análise minuciosa em relação aos prazos de vencimento das obrigações. Esta diferença indica a existência do Capital Circulante Líquido que é uma folga financeira a disposição da empresa para manipulá-la, a fim de gerar novos recursos.

3.8.2) LIQUIDEZ GERAL

O índice de liquidez geral acompanhou a tendência do índice de liquidez corrente e acenou variação positiva de R\$ 0,15 em relação ao Exercício anterior a empresa apresenta um

índice de 2,49, tendo a sua disposição recursos suficientes no seu Ativo Circulante mais o Realizável a Longo Prazo para garantir o pagamento das suas obrigações de curto e longo prazo. Este quociente evidencia que a empresa conseguiu gerir seus negócios com recursos próprios, evitando assim dependência de Capitais de Terceiros.

3.8.3) LIQUIDEZ SECA

Houve redução deste índice em relação ao Exercício anterior indicando que a empresa possui Disponibilidades mais Direitos de Conversibilidade Garantida de R\$ 1,90 para cada R\$ 1,00 de dívidas a Curto Prazo. Conjugando os resultados dos quocientes de Liquidez Corrente com os de Liquidez Seca observa-se a situação favorável de solvência da empresa e que a mesma não depende do giro do seu estoque para honrar seus compromissos a Curto Prazo.

3.8.4) GRAU DE ENDIVIDAMENTO

Houve uma redução deste índice em relação ao Exercício anterior e o quociente de Capitais de Terceiros alcançou R\$ 0,20 considerado satisfatório, uma vez que o endividamento representa dificuldades imediatas e a empresa possui uma folga financeira relevante. Como este quociente é do tipo quanto menor, melhor, podemos concluir que a empresa adota uma política salutar em relação à administração de suas dívidas a curto e longo prazo.

3.8.5) GARANTIA DE CAPITAL DE TERCEIROS

Este índice revelou majoração de 1,16 em relação ao Exercício anterior e bateu o ano em R\$ 4,12; revelando que a empresa possui para cada R\$ 1,00 de Capital Alheio R\$ 4,12 de recursos próprios, evidenciando que a empresa trabalha com Capitais Próprios em proporção maior do que com Capitais de Terceiros.

3.8.6) MARGEM OPERACIONAL

Este índice apresentou grande redução da ordem de -0,22 em relação ao Exercício de 2005. O quociente de -0,06 alcançado no Exercício vigente indica que a empresa conseguiu obter Lucro Operacional correspondente a 6% do valor da Receita Operacional Líquida.

3.8.7) RENTABILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

No Exercício de 2005 a empresa auferiu R\$ 0,15 de lucro para cada R\$ 1,00 de Patrimônio Líquido. No exercício em tela, essa marca sofreu redução e, para cada R\$ 1,00 investido no Patrimônio Líquido, a empresa auferiu R\$ 0,03 de lucro líquido.

3.8.8) IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Este quociente apresentou um aumento de 0,09 em relação ao Exercício anterior, e o quociente de 0,64 revela que para cada R\$ 1,00 do Patrimônio Líquido a empresa imobilizou R\$ 0,64. Este quociente sendo inferior a um, indica a existência do Capital Circulante Próprio que se dá pelo excesso do Patrimônio Líquido sobre o Ativo Permanente, utilizado para financiar parte do capital em giro.

3.9) CONCLUSÃO

Após a análise e interpretação dos quocientes econômicos e financeiros calculados com base no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício da CEASA-MG, levantados em 31 de dezembro de 2006, apresentamos as seguintes informações:

3.9.1) SITUAÇÃO FINANCEIRA

A – Endividamento

A empresa apresenta grau de endividamento satisfatório, podendo ser comprovado pela preponderância dos Capitais Próprios sobre os Capitais de Terceiros, pela boa margem existente entre as obrigações de longo prazo e curto prazo e pela não imobilização total dos Capitais Próprios, revelando a existência de liberdade financeira para tomada de decisões sem a necessidade de sujeitar-se a regras impostas por credores.

B – Liquidez

Em relação à solvência, a empresa encontra-se bem estruturada, apresentando solidez financeira que garante o cumprimento de seus compromissos de curto e de longo prazo.

C – Econômica

Pelos dados apresentados, pela expectativa concreta de solução do Embargo do TCU, pelos índices contábeis, pelos investimentos realizados em expansão, percebe-se claramente que a Empresa encontra-se com uma forte tendência e um cenário favorável de continuidade.

Fonte: SECON/DEFIN

V. MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

1) Programas

1.1) Identificação:

Programa Manutenção, adequação e aquisição de ativos de informática, informação e teleprocessamento (20.605.0807.4103.0031):

1.2) Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados:

A empresa cumpriu 87,77% do montante previsto para este programa. A diferença entre o orçado e o realizado se deve, principalmente, ao andamento da implantação do sistema integrado de gestão, cujo pagamento se dá por módulo implantado. Houve a postergação da entrega de alguns módulos, em função das necessidades da CEASAMINAS em estar mapeando e redesenhando alguns de seus processos internos impactados diretamente pela implantação do sistema.

1.3) Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso:

A empresa reestruturou sua área de Planejamento e Orçamento. Procedimentos serão criados e revisados para melhorar a elaboração das propostas e o acompanhamento da execução dos programas, de forma a ganhar mais agilidade, eficiência e acertividade.

1.4) Responsáveis pela implementação das medidas:

Assessoria de Planejamento – ASPLA.

2.1) Identificação:

Programa Manutenção, adequação e expansão da infra-estrutura operacional (20.605.0807.4105.0031):

2.2) Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados:

A programação realizada em julho de 2005 previa, para este programa, o montante de R\$ 1.150.000 (um milhão, cento e cinquenta mil reais). Esta programação foi realizada em um contexto de mudanças na Diretoria Executiva e, por esse motivo, acabou mostrando-se aquém das reais necessidades da empresa para o ano de 2006, frente às ações propostas pela nova Diretoria. Logo, em julho de 2006, a empresa propôs uma reprogramação que elevou o montante a ser aplicado para R\$ 3.611.600 (três milhões, seiscentos e onze mil e seiscentos reais). Isso representou uma reprogramação da ordem de 314,05 %. As expectativas de receitas advindas da licitação de novas áreas nos entrepostos da CEASAMINAS, principalmente as do Pavilhão G1, na unidade de Contagem/MG, respaldavam tal reprogramação. Mas uma série de fatores fez com que estas expectativas se frustrassem. Dentre estes fatores, podemos destacar o andamento do processo do Acórdão 1035/05, do Tribunal de Contas da União. Este Acórdão trouxe para a CEASAMINAS severas imposições que dificultaram a situação da empresa e fizeram com que o interesse do mercado pelas áreas da empresa diminuísse bastante. Como resultado, diversas licitações para concessão do direito real de uso das áreas da CEASAMINAS foram frustradas. Esse desinteresse do mercado também fez com que a empresa tomasse a decisão estratégica de adiar a licitação do Pavilhão G1. Só esta licitação seria responsável pelo aporte de, aproximadamente, R\$ 3.000.000 (três milhões de reais) e aumentaria a arrecadação mensal com a T.U. (Tarifa de Uso – valor pago pelos concessionários mensalmente pelo uso das áreas. Pode ser entendida como uma espécie de “aluguel”). Desta forma, o fluxo de caixa necessário para a completa realização do valor orçado não se realizou. Mesmo diante deste quadro, a CEASAMINAS conseguiu aplicar neste

programa, no exercício de 2006, um total de R\$ 2.431.182 (dois milhões, quatrocentos e trinta e um mil, cento e oitenta e dois reais).

Esse montante representa 67,32% do valor reprogramado e 211,41% do valor da programação original deste programa.

2.3) Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso:

Resolução da questão do Acórdão 1035/05. A Diretoria Executiva vai intensificar seus esforços para resolver o mais brevemente possível a questão do referido Acórdão. Uma vez resolvida a mesma, a empresa espera recompor seu caixa com a licitação do Pavilhão G1, item mais significativo do programa, o qual terá custo total de aproximadamente 1,9 milhões e que, estima-se, seja licitado por 3,0 milhões de reais; e também com a regularização das transferências proibidas pelo referido Acórdão.

2.4) Responsáveis pela implementação das medidas:

Assessoria Jurídica – ASJUR.

3.1) Identificação:

Desempenho Econômico-Financeiro

3.2) Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados:

A variação observada no resultado financeiro da empresa se deveu também, em grande parte, às limitações impostas pelo Acórdão 1035/05 TCU e às conseqüências que o mesmo trouxe para a CEASAMINAS. Num cenário de transferências entre permissionários proibidas e de forte tensão frente a possibilidade de a empresa ter que licitar todas as suas áreas cujos contratos foram considerados irregulares, houve grande resistência do mercado às licitações das áreas da empresa, mesmo estas novas licitações estando de acordo com os ditames da Lei 8666/93. Estes fatos colaboraram para uma sensível redução da receita esperada, fazendo com que a empresa lançasse mão de seus recursos financeiros até então aplicados, para levar a cabo sua programação de investimentos para o exercício de 2006.

Conseqüentemente, observou-se a redução do Lucro Líquido frente ao do exercício anterior e um maior volume de despesas operacionais, impactado também pela ocorrência de um incêndio na unidade de Contagem, o qual destruiu inteiramente o pavilhão 6 daquele entreposto.

3.3) Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso:

A Diretoria Executiva está certa de que a resolução da questão do Acórdão TCU 1035/05 também trará como reflexo uma sensível melhora no resultado financeiro do exercício de 2007.

A estimativa de receitas previstas só com a licitação do Pavilhão G1 remonta a R\$3.262.000,00 de reais, sendo R\$3.000.000,00 de “luvas” (também chamadas 1ª tarifa) e R\$262.000,00 de acréscimo de receita da Tarifa de Uso, proporcionando imediato retorno do capital investido, já a partir do mês de abril/2007.

As licitações das demais áreas disponíveis da empresa remontam à cifra de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) e a implantação das tarifas diferenciadas para as agências bancárias instaladas no entreposto de Contagem deverá gerar uma receita adicional de cerca de mais R\$600.000,00 ; segundo informações da Diretoria Financeira.

3.4) Responsáveis pela implementação das medidas:

Assessoria Jurídica – ASJUR e Comissão Permanente de Licitações – CPL.

VI. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS (CONVÊNIOS E OUTROS MEIOS)

Planilha de identificação dos Convênios - CEASAMINAS - 2006

Identificação do Termo Inicial ou Aditivos										Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE/SIN?)	
Tipo	Código Sinf/Sinag	nº	data assinatura	data vigência	Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Transferido no Exercício	Contra-partida (qual benefício o convênio traz p/a CEASAMINAS)	Razão Social	CNPJ
Escola Agrícola Federal de Barbacena	Não se Aplica.	01/06	6/3/2006	5/3/2007	Cooperação mútua entre os participantes visando a realização de estágios curriculares e alunos regularmente matriculados e frequentes no curso de técnico em agropecuária	7/3/2006	Não definido.		Escola Agrícola Federal de Barbacena		73.889.067/0001-88
Centro Universitário de Caratinga	Não se Aplica.	02/06	24/3/2006	23/3/2007	Realização de estágios curriculares e alunos regularmente matriculados e frequentes nos cursos de Administração, Biologia, Química, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina e Nutrição.	27/3/2006	Não definido.		Fundação Educacional de Caratinga		19.325.547/001-95
Sociedade Mineira Protetora dos Animais	Não se Aplica.	03/06	8/2/2006	7/2/2007	Recolhimento de animais de rua no âmbito da área do anteposto - unidade de Contagem	9/2/2006	R\$600,00 mensais		Sociedade Mineira Protetora dos Animais		18.824.029/0001-53
Município de Contagem	Não se Aplica.	04/06	20/1/2006	19/1/2007	Constituição da passarela na BR 040 Km 688	19/2/2006	R\$5236,394,92		O município participará com recursos no valor da obra licitada pela CEASAMINAS	Município de Contagem - Secretarias Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	18.715.598.000/131
Município de Uberaba	Não se Aplica.	06/06	11/3/2006	5 anos	A CEASA cede ao convênio sua unidade no município de Uberaba-MG (todo o conjunto do imóvel: terreno, construções e benfeitorias que compõem terreno com área de 112.769,34m²)	16/8/2006	Não definido.		Município de Uberaba		18.428.839/0001-90
Associação de Reintegração da Criança e Adolescente de ACCEASA	Não se Aplica.	07/06	24/5/2006	23/5/2007	Implementação do Programa de Aprendizagem nas instalações da CEASA				Associação de Reintegração da Criança e do Adolescente		03.459.034/0001-37
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Não se Aplica.	08/06	1/4/2006	5 anos	Destinatários dos benefícios que oferecem a todos os empresários, respectivos, a seus sócios e familiares, aos empregados dessa empresa e seus dependentes.	6/6/2006	R\$0,10 por m²		Associação Comercial da CEASA		20.226.437/0001-55
Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Bairro Otis	Não se Aplica.	09/06	2/5/2006	44 meses	A delegação pela SEAPA à CEASA, a execução da gestão administrativa, financeira e operacional, visando a preservação e funcionamento dos MLPs.	31/5/2006			Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento		18.715.573/0001-67
COMAB	Não se Aplica.	11/06	19/8/2006	18/10/2006	Doação de alimentos do PRODAL, a famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, moradores no entorno da CEASAMINAS, atendidas pela associação.	26/6/2006	Não definido.		Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Bairro Otis		04.948.270/0001-80
SIEMG - FEAD	Não se Aplica.	12/06	2/5/2006	5 anos	Formalizar a conjugação de esforços entre as partes convêniantes para a implantação do Banco de Alimentos no anteposto da CEASA.	30/6/2006	R\$472.000,00		Companhia Nacional de Abastecimento		26.461.699/0119-72
CBMMG e ACCEASA	Não se Aplica.	13/06	1/8/2006	30/11/2006	Concessão de estágios a alunos regularmente matriculados nos cursos mantidos pela FEAD Minas	11/7/2006	R\$360,00		Sistema Integrado de Ensino de Minas Gerais e Centro de Gestão Empreendedora		01.203.822/0001-32
Universidade Federal de Minas Gerais - Rádio UFMG	Não se Aplica.	14/06	17/7/2006	16/7/2007	Estabelecimento de condições de cooperação mútua entre os convêniantes, visando a execução pelo CBMMG no interior da CEASA	21/8/2006	R\$97.632,76		Corpo de bombeiros Militar de Minas Gerais		03.389.126/0001-98
Associação dos Produtores Hortícolas da CEASA de Caratinga	Não se Aplica.	15/06	19/10/2006	18/10/2007	Cooperação mútua entre os participantes, objetivando a produção e veiculação no Rádio UFMG Educativo de Programas Informativos/Educativos, de utilidade pública, voltados, principalmente, para os usuários e prestadores de serviços da CEASAMINAS	20/10/2006	Não definido.		Universidade Federal de Minas Gerais		17.217.985/0053-35
Associação dos Lojistas da CEASA de Juiz de Fora	Não se Aplica.	16/06	1/8/2006	31/7/2007	Definição das obrigações recíprocas das partes, visando possibilitar condições adequadas para o sistema de Vigil. Auxiliar de Serviços Gerais e Recepcionista	9/10/2006	R\$5.683,29		Associação dos Produtores Hortícolas da CEASA de Caratinga		04.999.352/0001-53
Associação Regional dos Produtores de Hortícolas de Juiz de Fora	Não se Aplica.	17/06	11/02/2006	30/9/2007	Cobrança no valor de R\$40,00 no boleto mensal das listas da CEARM por solicitação do convênio, a qual será posteriormente repassada para a cobertura de despesas relacionadas com 01 funcionário, materiais de escritório e serviços de contabilidade	9/10/2006	R\$19.000,00		Associação dos Lojistas da CEASA de Juiz de Fora		20.459.582/0001-86
Associação dos Comerciantes da CEASA Uberlândia - ACCU e Associação Regional dos PRODAL - Banco de Alimentos	Não se Aplica.	18/06	10/12/2006	9/12/2007	Arrecadação de taxa de R\$5,22 referente à tarifa de uso, sobre o valor total do camê dos produtores de hortícolas da CEARM por solicitação do convênio a qual será posteriormente repassada para a cobertura de despesas relacionadas com 02 funcionários, materiais de escritório e serviços de contabilidade	24/10/2006	R\$18.000,00		Associação Regional dos Produtores de Hortícolas de Juiz de Fora		21.181.235/0001-05
Associação dos Comerciantes da CEASA Uberlândia - ACCU e Associação Regional dos PRODAL - Banco de Alimentos	Não se Aplica.	19/06	4/12/2006	3/12/2007	Definição das obrigações recíprocas das partes convêniantes, visando possibilitar condições adequadas para ampliar o sistema de vigilância e limpeza nas áreas de interesse da ACCU e ASSOHORTA	5/12/2006	R\$8.900,00		Associação dos Comerciantes da CEASA Uberlândia - ACCU e Associação Regional dos Produtores de Hortícolas - ASSOHORTA		21.241.211/0001-96 21.242.599/0001-40 07.979.270/0001-35
Associação dos Comerciantes da CEASA de Uberlândia - ACCU	Não se Aplica.	20/06	22/11/2006	21/11/2007	Execução da 2ª etapa do Programa Banco de Alimentos	23/11/2006	R\$10.000,00 anual		Associação dos Comerciantes da CEASA de Uberlândia - ACCU		21.241.211/0001-96
SENAZ MINAS	Não se Aplica.	22/06	9/11/2006	8/11/2007	Definição das obrigações recíprocas das partes convêniantes, visando possibilitar condições adequadas para que se viabilize a arrecadação por rateio aos concessionários da Unidade de Uberlândia, mediante o valor de R\$1,80 por m² mensais, a serem repassados à ACCU para manutenção da mesma	25/12/07	Não definido.		Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional em Minas Gerais		03.447.242/0001-16

VII. CONTROLE DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADAS

As Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASA-MG não patrocina nenhuma entidade fechada de previdência complementar e não possui informações a prestar neste tópico, para o exercício de 2006.

VIII. PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

As Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASA-MG não possui projetos nem programas financiados com recursos externos e não possui informações a prestar neste tópico, para o exercício de 2006.

IX. PROJETOS E INSTITUIÇÕES BENEFICIADOS POR RENÚNCIA FISCAL

As Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASA-MG não beneficiou nenhum projeto ou instituição com renúncia fiscal e não possui informações a prestar neste tópico, para o exercício de 2006.

X. AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS

As Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASA-MG não realizou operações de fundos nem possui projetos financiados por fundos e, por tanto, não possui informações a prestar neste tópico, para o exercício de 2006.

XI. GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO

As Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASA-MG não operaram com nenhum cartão de crédito no exercício em tela, não tendo sequer contratado tal serviço para disponibilizá-lo aos seus empregados, dado o completo atendimento de suas necessidades através dos recursos já implantados e em uso. Por esse motivo, não possui informações a prestar neste tópico, para o exercício de 2006.

XII. FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO DO NORTE E DO NORDESTE – FNO e FNE

As Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASA-MG não realizaram nenhuma operação (crédito ou débito) junto aos fundos acima discriminados, não possuindo informações a prestar neste tópico, para o exercício de 2006.

XIII. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA GESTÃO

Outras informações relevantes para a avaliação da gestão das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASA-MG, em especial aquelas sobre o desempenho de suas contas orçamentárias, encontram-se em seu relatório da Administração, o qual constitui parte do Processo de Prestação de Contas referentes ao exercício 2006, sob o título “III – Demonstrativos Contábeis”.

Solicitamos a gentileza de verificar o referido relatório.

XIV. DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO PAGA AOS MEMBROS DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO PAGA AOS CONSELHEIROS DA CEASAMINAS - 2006									
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO									
NOME	jan/06	fev/06	mar/06	Diferença* mar/06	abr/06	mai/06	jun/06	Total Parcial	
AMARILDO DE OLIVEIRA	701,57	701,57	849,54	690,10	849,54	849,54	849,54	5.491,40	
JOSÉ GERALDO FONTELES	701,57	701,57	849,54	690,10	849,54	849,54	849,54	5.491,40	
LUIS CARLOS GUEDES	0	0	0	0	0	0	0	-	
LUIZ GOMES DE SOUZA	0	0	0	0	0	0	0	-	
LUIZ GONZAGA BAIÃO	701,57	701,57	849,54	690,10	849,54	849,54	849,54	5.491,40	
RINALDO JUNQUEIRA	701,57	701,57	849,54	690,10	849,54	849,54	849,54	5.491,40	
NOME	jul/06	ago/06	set/06	out/06	nov/06	dez/06	Gratif. Natalina	Total Parcial	
AMARILDO DE OLIVEIRA	849,54	849,54	849,54	849,54	849,54	849,54	849,54	5.946,78	
JOSÉ GERALDO FONTELES	849,54	849,54	849,54	849,54	849,54	849,54	849,54	5.946,78	
LUIS CARLOS GUEDES	849,54	849,54	0	0	0	0	70,79	1.769,87	
LUIZ GOMES DE SOUZA	0	0	0	0	0	0	0	-	
LUIZ GONZAGA BAIÃO	849,54	849,54	849,54	849,54	849,54	849,54	849,54	5.946,78	
RINALDO JUNQUEIRA	849,54	849,54	849,54	849,54	849,54	849,54	849,54	5.946,78	
CONSELHO FISCAL									
NOME	jan/06	fev/06	mar/06	Diferença* mar/06	abr/06	mai/06	jun/06	Total Parcial	
CELIO BROVINO PORTO	701,57	701,57	849,54	690,10	849,54	849,54	849,54	5.491,40	
ELIAS JACO DOS SANTOS	701,57	701,57	849,54	690,10	849,54	849,54	849,54	5.491,40	
MAURICIO ANDRADE COURA	701,57	701,57	849,54	690,10	849,54	849,54	849,54	5.491,40	
LÚCIA AINDA ASSIS DE LIMA	0	0	0	147,97	0	0	0	147,97	
JOSÉ FREDERICO DA CUNHA SOUZA	0	0	0	0	0	0	0	-	
ORLANDO DE MENEZES TUNHOLI	0	0	0	0	0	0	0	-	
ADILSON TADEU DE ARAÚJO	701,57	0	849,54	147,97	0	0	0	1.699,08	
NOME	jul/06	ago/06	set/06	out/06	nov/06	dez/06	Gratif. Natalina	Total Parcial	
CELIO BROVINO PORTO	849,54	849,54	849,54	849,54	849,54	849,54	849,54	5.946,78	
ELIAS JACO DOS SANTOS	849,54	849,54	849,54	849,54	849,54	849,54	849,54	5.946,78	
MAURICIO ANDRADE COURA	849,54	849,54	849,54	849,54	849,54	849,54	849,54	5.946,78	
LÚCIA AINDA ASSIS DE LIMA	0	0	0	849,54	0	0	35,39	884,93	
JOSÉ FREDERICO DA CUNHA SOUZA	0	0	0	0	0	0	0	-	
ORLANDO DE MENEZES TUNHOLI	0	0	0	0	0	0	0	-	
ADILSON TADEU DE ARAÚJO	849,54	0	0	0	0	0	212,38	1.061,92	
TOTAL PAGO POR CONSELHEIRO (R\$):									
AMARILDO DE OLIVEIRA								11.438,18	
JOSÉ GERALDO FONTELES								11.438,18	
LUIS CARLOS GUEDES								1.769,87	
LUIZ GOMES DE SOUZA								-	
LUIZ GONZAGA BAIÃO								11.438,18	
RINALDO JUNQUEIRA								11.438,18	
CELIO BROVINO PORTO								11.438,18	
ELIAS JACO DOS SANTOS								11.438,18	
MAURICIO ANDRADE COURA								11.438,18	
LÚCIA AINDA ASSIS DE LIMA								1.032,90	
JOSÉ FREDERICO DA CUNHA SOUZA								-	
ORLANDO DE MENEZES TUNHOLI								-	
ADILSON TADEU DE ARAÚJO								2.761,00	

Fonte: Departamento de Recursos Humanos – DEREH

XV. ATAS DE REUNIÕES DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Em atendimento às recomendações contidas na Portaria 555, de 28 de dezembro de 2006, exarada pela Controladoria Geral da União – CGU, apresentamos a seguir as atas de reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal destas Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASA-MG, referentes ao exercício de 2006.

**1) ATAS DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADAS NO EXERCÍCIO 2006**

**2) ATAS DAS REUNIÕES DO CONSELHO FISCAL
REALIZADAS NO EXERCÍCIO 2006**

XVI. RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A Diretoria Executiva da CEASA-MG tem trabalhado ativamente para prestar todas as informações solicitadas pelos órgãos de controle assim como para atender a todas as recomendações emanadas dos mesmos. Nesse sentido, informamos abaixo as recomendações recebidas no exercício em tela e as respectivas providências adotadas.

1) Ressalvas apontadas no Certificado nº 175424, referente ao Processo nº 00210.00019/2006-84 que trata da Prestação de Contas Anual – Exercício 2005 – das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASA-MG, de 24 de maio de 2006

O referido certificado considerou a gestão desta estatal no período “Regular com Ressalvas”, evidenciando os seguintes itens:

1.1) Item 7.2.2.1 – Pagamento em duplicidade de serviços previstos em contrato já existente:

O pagamento realizado à ACE Assessoria e Consultoria Empresarial S/C, no valor de R\$8.915,75 (oito mil, novecentos e quinze reais e setenta e cinco centavos) pela prestação de serviços de revisão da sistemática e apuração do PIS/PASEP de janeiro de 2001 a dezembro de 2004, foi considerado irregular devido ao fato da mesma empresa ter celebrado contrato com esta estatal objetivando a prestação de serviços de auditoria periódica, com valor mensal de R\$1.350,00.

A Diretoria da empresa apresentou suas justificativas para o referido pagamento mas as mesmas não foram acatadas.

Desta forma, a CEASAMINAS formalizou pedido de reembolso à empresa ACE Assessoria e Consultoria Empresarial S/C, sendo atendida.

O valor atualizado monetariamente foi devidamente ressarcido ao caixa da empresa.

1.2) Item 6.1.2.1 - Bens Patrimoniais Não Localizados:

No relatório do Inventário Patrimonial de 2005, constava uma relação de 89 bens patrimoniais não localizados pela comissão inventariante. Desta relação, 19 bens foram localizados pelo Setor de Material e Patrimônio, após a edição do referido relatório. Para localizar os bens ainda não encontrados, a Diretoria Executiva designou, através de Resolução de Diretoria, nova comissão, a qual levou a cabo suas atividades e entregou seu relatório conclusivo, no qual consta a localização ou destinação de cada um dos 89 bens relacionados no relatório da comissão inventariante.

1.3) 7.3.1.1 - Ausência de parecer conclusivo sobre os trabalhos da Comissão Conjunta referentes às contas do Convênio de Cooperação nº 1.1949 e transferência de recursos da conta específica do referido convênio para a conta movimento da CEASA-MG.

Foi constatado no relatório de Auditoria de Gestão de nº 175424 que não havia parecer conclusivo sobre os trabalhos da Comissão Conjunta composta por membros da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais – SEAPA/MG e desta CEASAMINAS para realizar o encontro de contas das despesas efetuadas no bojo do Convênio de Mútua Cooperação nº 1.1949, cujo objeto era a implementação de medidas de natureza administrativo/financeira e operacional necessárias à preservação e funcionamento do Pavilhão 4 da CEASA/Contagem e dos Mercados Livres dos Produtores – MLP's e a utilização pela CEASAMINAS de áreas reservadas ao Estado de Minas Gerais na federalização da Central de Abastecimento.

Destarte as justificativas apresentadas pela Diretoria Executiva e não acatadas pela equipe de auditoria, os membros da CEASMINAS participantes da referida comissão conjunta apresentaram, em 26/04/2006, mediante Relatório de Auditoria Interna nº 001/2006, o parecer conclusivo dos trabalhos da referida comissão conjunta.

Sobre as ressalvas apontadas, cabe ressaltar a discordância da Diretoria Executiva em relação às mesmas, posição esta expressa em comunicado enviado à CGU-MG e manifestada ao Conselho de Administração da empresa.

2) ACÓRDÃO 1035/05 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU

O Acórdão 1035/05, de 5 de agosto de 2005, do egrégio Tribunal de Contas da União – TCU, considerou irregular a situação dos contratos da grande maioria dos usuários estabelecidos nos entrepostos da CEASAMINAS e determinou que todas as áreas cujos contratos foram assim considerados fossem licitadas num prazo de 360 dias. Também considerou irregulares as transferências de áreas realizadas entre usuários sem novas licitações e determinou que a empresa se abstinhasse de realizá-las.

A CEASAMINAS, imediatamente após a edição do referido Acórdão, ajuizou um embargo declaratório e, através da sua Diretoria Técnica-operacional, editou uma Nota Técnica pormenorizando a situação histórica da empresa, a situação dos usuários, os cenários possíveis da imediata execução das determinações do Acórdão, bem como os impactos e respectivas conseqüências para o abastecimento em todo o Estado de Minas Gerais.

Não obstante a imposição do referido embargo, a Diretoria Executiva da empresa cessou imediatamente as transferências e elaborou novo Termo de Concessão Remunerada de Uso – TCRU, o qual se enquadra nas exigências da Lei 8666/93, e que passou a ser utilizado nas novas licitações de áreas realizadas pela CEASAMINAS.

Após o pedido do embargo, a empresa realizou vários contatos para tentar viabilizar outras soluções para o impasse em que se encontrava devido ao Acórdão. Dentre estes, podemos destacar:

1) Ofício enviado ao Procurador da República Dr. Tarcisio Henriques em 12 de setembro de 2006, o diretor presidente da CEASAMINAS enumera as dificuldades surgidas após o Acórdão 1035/05. E acrescenta que: “Necessitamos de reconhecimento, encadeamento, regularização e assinatura dos contratos existentes e recebimento das tarifas de alterações contratuais e transferências eventualmente realizadas desde a assinatura do último contrato, montante a ser arrecadado estimado em R\$2.460.000,00 (dois milhões e quatrocentos e sessenta mil reais).”

Na correspondência, o dirigente da CEASAMINAS sugere como proposta de solução, uma “proposta de ajustamento de conduta a ser adotado pela empresa CEASAMINAS – Centrais de Abastecimento de Minas Gerais em relação aos contratos com seus concessionários doravante”, nos seguintes termos:

a) Estabelecer prazo de 120 dias para atualização cadastral, regularização, encadeamento, recebimento das tarifas devidas e assinatura de novo contrato, com prazo determinado, nos moldes do modelo aprovado pelo Conselho Superior de Administração para ser utilizado nas novas licitações;

b) Estabelecer que após este prazo, as transferências sejam reabertas, somente mediante processo de licitação, nos moldes previstos no contrato modelo acima referido.

Além dos esforços junto ao Ministério Público Federal para buscar um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, o qual tem se configurado como a alternativa mais promissora para resolver a questão frente ao TCU, a CEASAMINAS também articulou ações com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Casa Civil da Presidência da República, com a Advocacia Geral da União – AGU e com o próprio Tribunal de Contas da União.

2) No dia 6 de outubro de 2006 foi julgado o embargo declaratório pedido pela CEASAMINAS. Após a sua análise, a empresa decidiu apresentar um pedido de reexame, que foi apresentado ao Ministro Relator do Tribunal de Contas da União Dr. Augusto Nardes, em 20 de outubro de 2006. Em sua fundamentação o pedido de reexame observa que:

■ A CEASAMINAS vive um momento de extrema gravidade, que perdura por quase dois anos desde que o TCU determinou à direção da empresa que promova a licitação de todas as suas áreas.

■ Trata-se de um sistema estruturado a mais de 30 anos, no qual os concessionários dos espaços ocupam e exercem suas atividades regularmente obedecendo às normas próprias da CEASAMINAS. Entretanto, quer agora o TCU, que seja aplicada a Lei de licitações.

■ A empresa não vê dificuldades em aplicar a Lei nos contratos novos. Mas licitar todos os contratos celebrados antes de 1993, que são a totalidade dos atuais ocupantes, irá gerar impacto negativo sobre a atividade econômica do comércio atacadista de alimentos em Minas Gerais, com expressivo impacto nacional, bem como sobre a própria saúde financeira da CEASAMINAS.

É preciso que seja revista a decisão do TCU, entre outras razões, pela relevância da CEASAMINAS nas economias estadual e nacional:

■ O volume de transações anuais da CEASAMINAS em seus entrepostos é superior ao PIB do 8º município mineiro e inclui um perfil diversificado de ramos comerciais complementares ao comércio atacadista de hortigranjeiros.

■ Centro comercializador de produtos de 2.500 municípios, a CEASAMINAS é responsável por mais de 170 mil empregos diretos no campo, e de uma área em torno de 50 mil hectares, apenas para os produtos hortigranjeiros.

■ A CEASAMINAS é um centro abastecedor de alimentos em escala nacional, com transações inter e intra estaduais, que envolvem 45 mil compradores diários, mais de 6 mil supermercados e tendo como consumidores indiretos mais de 15,5 milhões de cidadãos.

■ No entreposto da Grande BH são gerados mais de 16 mil empregos diretos.

■ São 535 pequenos, médios e grandes concessionários atacadistas, em área e capital social, nas atividades de comércio atacadista. No comércio de alimentos a maioria possui uma infra-estrutura complexa e sofisticada de refrigeração e uma extensa rede de contratos comerciais que envolvem fornecedores e compradores.

O documento da CEASAMINAS aponta ainda como desdobramentos da posição do TCU:

1) A possibilidade da alteração de regras e normas de relacionamento contratuais tem provocado uma situação de incerteza e instabilidade, levando à diminuição expressiva do investimento e do nível de atividade econômica por parte dos concessionários;

2) A realização de licitações em grande escala para substituição de concessionários em operação no entreposto enfrentaria dificuldades técnicas e operacionais e as incertezas contratuais e jurídicas;

3) Prevê-se a interposição generalizada de recursos jurídicos que, a curto e médio prazo podem restringir a capacidade efetiva da empresa de licitar concessões em espaços efetivamente ocupados e operantes nas atividades de comércio atacadista;

4) Considera-se ainda o risco de esvaziamento econômico dos Entrepostos, na medida em que o principal ativo das empresas concessionárias do mercado atacadista de alimentos está baseado em sua rede de fornecedores e compradores, bem como o fundo de comércio, e que não são incorporados à concessão de espaços de comercialização.

5) A taxa média anual de crescimento das vendas totais em quantidade comercializada da CEASAMINAS situou-se em 0,62% a.a. e para o segmento de hortigranjeiros em 1,46% a.a. Esta situação de estagnação da quantidade comercializada pode ser parcialmente explicada pela contenção de investimentos produtivos decorrentes do ambiente de incerteza institucional gerado pela posição do TCU.

O pedido de reexame considera também as seguintes propostas de solução:

Para solucionar tais problemas a saída é que o TCU reconheça os contratos anteriores (em sua maioria anterior à própria lei de licitações). Essa solução representará o retorno de investimentos e do crescimento do setor e da própria empresa.

Após ser revista a posição do TCU a CEASAMINAS irá providenciar, em um prazo de até 120 dias, uma série de medidas administrativas que vão permitir a adequação de todas as concessões. São elas:

- a. Atualização cadastral de todos os concessionários;
- b. Regularização de todas as pendências, reconhecimento da validade e o devido encadeamento dos contratos de Concessão do Direito Real de Uso;
- c. Recebimento das eventuais tarifas decorrentes das alterações contratuais;
- d. A conversão dos contratos de Concessão Remunerada do Direito Real de Uso para contratos de Concessão Remunerada de Uso;
- e. A conversão dos contratos de Permissão Remunerada de Uso para contratos de Concessão Remunerada de Uso;
- f. Assinatura de novo contrato de Concessão Remunerada de Uso, com prazo determinado, único a vigor na empresa doravante, contrato este devidamente aprovado pelas instâncias administrativas da empresa.

Posteriormente, a CEASAMINAS, representada por seu diretor presidente Amarildo de Oliveira, acompanhado pelo Sr. Silas Brasileiro, deputado federal mineiro e ex-secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, pelo Dr. Carlos Pinto

Coelho Motta e pelo Sr. José Aloizio Gomes de Castro, Chefe da Assessoria Jurídica da CEASAMINAS, estiveram em Brasília para audiência no Tribunal de Contas da União, ocorrida em 28 de novembro de 2006. Eles foram recebidos pelo Sr. Augusto Nardes, Ministro Relator do Tribunal de Contas da União, incumbido de proferir decisão sobre o Acórdão 1035/05.

Cabe aqui ressaltar que a direção da CEASAMINAS contratou o escritório Pinto Coelho Motta & Bicalho Advogados Associados, no início de novembro de 2006, que tem em seus quadros o especialista em Direito Administrativo Dr. Carlos Pinto Coelho Motta. Em defesa de seus interesses e ciente do impacto do Acórdão 1035/05 em suas atividades, a empresa procurou se circundar de um advogado com notório saber. Iniciativa semelhante foi adotada pela Associação dos Comerciantes da CEASA - ACCEASA, que contratou Vicente de Paula Mendes Advogados Associados, também especialistas em Direito Administrativo, para assessorá-la em relação aos desdobramentos do referido Acórdão.

Além do embargo e do pedido de reexame, a empresa realizou vários contatos para tentar viabilizar outras soluções para o impasse em que se encontrava devido ao Acórdão. Dentre estes se destaca contatos que visavam viabilizar uma medida provisória pelo Governo Federal que regulamentasse a questão das Centrais de Abastecimento em geral, frente às suas peculiaridades e dificuldades em atender aos ditames da Lei 8666/93. A sugestão foi dirigida ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, numa tentativa baseada na idéia de que a solução do problema vivido pela CEASAMINAS tem relação com o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, pois representará o retorno de investimentos e do crescimento do setor e da própria empresa.

Foi sugerida na ocasião a inclusão da seguinte redação ao Projeto de Lei que trata da alteração da Lei 8.666:

Acrescer o Artigo 124 A – As concessões atuais nas áreas das Centrais de Abastecimentos, inclusive as que não possuam instrumentos que as formalize, serão renovadas nas condições de seu contrato originário, respeitando-se as normas da empresa proprietária, tornando obrigatória a licitação em caso de transferência.

Parágrafo Único: O prazo a ser fixado para estas renovações não podem ser superior a 20 anos, desde que cumpridas todas as exigências legais e demais normas internas da empresa proprietária ou administradora.

Finalmente cabe esclarecer que o prazo limite dado pelo Acórdão 1035/05 foi postergado, devido ao julgamento do embargo declaratório interposto pela empresa e vence em abril/2007. A CEASAMINAS está concentrando seus melhores esforços e espera resolver a questão antes deste prazo.

3) ACÓRDÃO 2144/05 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU

O referido Acórdão trata da apuração de denúncias referentes ao período de gestão do ex-Diretor Presidente da CEASAMINAS, Sr. Flávio Ferreira de Lara Resende (CPF: 456.465.546-91) e especifica que o mesmo reembolse ao caixa da empresa montante da ordem de R\$1.512.402,00 (Hum milhão, quinhentos e doze mil, quatrocentos e dois reais), em valores atualizados até 31 de maio de 2004, conforme danos levantados a partir das irregularidades constatadas pela equipe de inspeção do egrégio Tribunal de Contas da União.

A SECEX/MG encaminhou à CEASAMINAS os autos do processo administrativo para que esta providencie o ressarcimento dos danos causados ao erário pelo autor das irregularidades.

Segundo a Assessoria Jurídica da CEASAMINAS, o processo está em fase de apreciação das iniciais pela Advocacia Geral da União – AGU, e a empresa aguarda apenas o parecer daquele órgão para ajuizar as devidas ações.

4) ACÓRDÃO 2183/03 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU

O Acórdão 2183/03 do egrégio Tribunal de Contas da União – TCU, exarado em 30/09/2003, determina em seu item 1.1.3 que a empresa, “adote as providências necessárias à regularização do terreno e dos imóveis construídos nas margens da Rodovia BR 040 no Município de Contagem/MG...”.

No decorrer do ano de 2006 foram feitas duas reuniões com a presença do Diretor Presidente da CEASAMINAS Sr. Amarildo de Oliveira e o Sr. Rogério Veiga Aranha, Gerente Regional do Patrimônio da União / Minas Gerais, para tratar da pendência na federalização, nos termos do Decreto n.º 40.963, de 2 de março de 2000. Lei n.º 12.422, de 27 de dezembro de 1996 e da regularização de imóveis.

Em uma delas, ocorrida em 20 de março de 2006, o Sr. Amarildo de Oliveira entregou ao Sr. Rogério Aranha completo levantamento topográfico da área do entreposto de Contagem da CEASAMINAS, atendendo à solicitação anterior da Gerência Regional do Patrimônio da União. Posteriormente, novamente questionado sobre o andamento do processo de transferência de patrimônio do Estado de Minas Gerais para a União, referente a regularização patrimonial da CEASAMINAS, a informação dada pelo Sr. Rogério Aranha foi de que persiste o processo de negociação com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, ainda não concluído.

Cabe ressaltar que existem nessa Casa pedidos de regularização dessa pendência, dirigidos à Gerência Regional do Patrimônio da União / Minas Gerais, desde 2003, e que por reiteradas vezes foi solicitada a intervenção desse órgão no processo de federalização das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais – CEASAMINAS.

Fazemos aqui um histórico dessa questão, de forma resumida, para melhor entendimento da pendência, cuja regularização vem sendo cobrada pelo Tribunal de Contas da União através de ressalvas nas prestações de conta da CEASAMINAS.

1. Preliminarmente, cumpre-nos ressaltar que o pedido ora formulado resulta do imperativo desta Administração em equacionar a situação do Ativo Imobilizado da Companhia, à medida que o Tribunal de Contas da União, em Acórdão N.º 02183/2003, objeto de notificação datada de 1º de novembro de 2003, determinou-nos, entre outras providências, que:

“1.1.3 – adote as providências necessárias à imediata regularização do terreno e dos imóveis construídos nas margens da Rodovia BR 040 no Município de Contagem/MG...”

2. Em meados dos anos 1990, no bojo da reestruturação da dívida do Estado de Minas Gerais, com base na legislação federal e em lei estadual, no caso a de n.º 12.422, de 28 de dezembro de 1996, foi o Poder Executivo local autorizado a contratar operação de crédito com a União, visando ao refinanciamento da dívida pública estadual; a alienar a totalidade de

sua participação acionária em diversas empresas, entre essas, a da CEASAMINAS; e a resguardar o domínio e a posse dos bens móveis e imóveis necessários à preservação do Mercado Livre do Produtor, bem como dos necessários à coordenação e ao controle da política de abastecimento.

3. Em 18 de fevereiro de 1998, foi firmado o Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de dívidas entre o Estado de Minas Gerais e a União, no qual é prevista a amortização do estoque de dívida do Estado com recursos provenientes, entre outras fontes, da alienação da CEASAMINAS.

4. Em 28 de janeiro de 2000, assina-se o Contrato de Compra e Venda de Ações do Capital Social da CEASA-MG entre a União e o Estado de Minas Gerais, que tem entre suas considerações menção à precitada Lei n.º 12.422/96.

5. Na Cláusula Segunda do Contrato, as partes estabelecem preço inicial da participação acionária do Estado na Companhia, baseado em laudo apresentado pelo Estado de Minas Gerais. Laudo esse que contemplou uma área de aproximados 2,3 milhões de metros quadrados como propriedade da CEASAMINAS, não obstante, essa área não figurar no patrimônio da Empresa e, sim, ainda, no do Estado.

6. Entre outras disposições do Contrato em tela, cabe frisar que a transferência da CEASAMINAS para União seria realizada com o objetivo expresso de que a Companhia fosse privatizada sob a égide do Programa Nacional de Desestatização.

7. Em 22 de março de 2000, foi editado Decreto estadual N.º40.963, que, ao regulamentar a Lei n.º 12.422/96 (Parágrafo único, do seu art. 2.º), identifica as áreas que ficariam sob o domínio e posse do Estado de Minas Gerais.

8. No artigo 2.º do referido Decreto, fica autorizada a transferência para o patrimônio da CEASAMINAS do remanescente da área de 2,3 milhões de metros quadrados, nos termos do próprio normativo, 2,193 milhões de metros quadrados, inclusive as benfeitorias.

9. Ocorre que, agora, no período posterior a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações da CEASAMINAS, a transferência deve se dar por intermédio da própria União, posto que a mesma é que foi a compradora de um ativo, no caso as ações da CEASAMINAS, avaliado com base em um laudo, nos termos supra comentados.

10. Logo, a transferência do imóvel em questão, diretamente, por meio de uma doação, ao patrimônio da Empresa implicaria aviltar a União em sua participação acionária, pois, todos os acionistas seriam beneficiados com um ganho de capital injustificado. Há necessidade de que a transferência ora pendente se efetue via patrimônio da União, à medida que a mesma suportou o valor da CEASAMINAS com base em avaliação que os contemplou, para que, em momento seguinte, a União internalize tais bens mediante aumento de capital da Companhia.

Importante frisar ainda que, caso a transferência fosse efetuada diretamente à CEASAMINAS, as despesas de encargos seriam de montante elevado, o que causaria impacto negativo nas contas da empresa.

Considerado então o processo em curso e suas implicações, queremos destacar o esforço da atual diretoria da CEASAMINAS para resolver as pendências elencadas e cuja regularização atenderá às recomendações do Tribunal de Contas da União. Entretanto, nosso entendimento é de que, quem deve empenhar maior esforço para essa regularização é o Tesouro Nacional, responsável pela transação e interessado direto na resolução da pendência.

XVII. APURAÇÃO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS

Durante o exercício de 2006 a empresa não recebeu nenhuma denúncia, portanto a mesma não possui informações a prestar neste tópico, para o período em questão.

XVIII. RECURSOS HUMANOS

Em atendimento às recomendações contidas na Portaria 555, de 28 de dezembro de 2006, exarada pela Controladoria Geral da União – CGU, apresentamos a seguir as informações solicitadas sobre os Recursos Humanos das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASA-MG, referentes ao exercício de 2006.

i) QUANTITATIVO DE PESSOAL PRÓPRIO

Classificação por Diretoria / Departamento / Assessoria			
Denominação		Qtde.	Área
PRESI	Presidência	4	Meio
DIRTEC	Diretoria Técnica-operacional	2	Fim
DIRFIN	Diretoria Financeira	2	Meio
DETEC	Departamento Técnico	20	Fim
DEREH	Departamento de Recursos Humanos	6	Meio
DEPOP	Departamento de Operações	116	Fim
DEPAD	Departamento Administrativo	23	Meio
DEMFA	Departamento de Manutenção Física e Ambiental	13	Meio
DEFIN	Departamento Financeiro	25	Meio
AUDIN	Auditoria Interna	4	Meio
ASSIN	Assessoria de Informática	6	Meio
ASPLA	Assessoria de Planejamento	12	Meio
ASJUR	Assessoria Jurídica	9	Meio
ASCOM	Assessoria de Comunicação	5	Meio
Total Geral:		247	

Classificação por área meio / fim	
Total de empregados - área Meio	109
Total de empregados - área Fim	138
Total Geral	247

Classificação por Unidade da CEASAMINAS	
Unidade Central e Descentralizadas	TOTAL
	247
Unidade de Contagem Funcionários Ativos	193
Unidade de Contagem Funcionários Afastados	20
Unidade de Barbacena Funcionários Ativos	2
Unidade de Caratinga Funcionários Ativos	5
Unidade de Caratinga Funcionários Afastados	1
Unidade de Governador Valadares Funcionários Ativos	5
Unidade de Juiz de Fora Funcionários Afastados	9
Unidade de Juiz de Fora Funcionários Ativos	1
Unidade de Uberlândia Funcionários Ativos	11

Classificação por Tipo de Ingresso	TOTAL
	247
Funcionários Concursados	229
Funcionários Recrutamento Amplo e Diretores	18

ii) QUANTITATIVO DE CARGOS COMISSIONADOS

Para o exercício de 2006, a quantidade de cargos comissionados existentes no âmbito das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASA-MG, foi aquela constante em seu Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações vigente no período e demonstrada na tabela abaixo:

Cargo	Qtde.	Área
Chefe de Gabinete	1	Meio
Assessor Especial da Presidência	1	Meio
Secretária da Presidência	1	Meio
Chefe da Assessoria de Comunicação	1	Meio
Chefe da Assessoria de Informática	1	Meio
Chefe da Assessoria Jurídica	1	Meio
Chefe da Assessoria de Planejamento	1	Meio
Chefe da Assessoria de Segurança e Trânsito	1	Meio
Chefe da Auditoria Interna	1	Meio
Chefe do Departamento de Engenharia e Manutenção Física e Ambiental	1	Meio
Chefe do Departamento de Recursos Humanos	1	Meio
Chefe do Departamento Financeiro	1	Meio
Chefe do Departamento Administrativo	1	Meio
Assistente de Planejamento	5	Meio
Total	18	

Cabe ressaltar que dos 18 cargos comissionados, as chefias da Auditoria Interna e dos Departamentos Administrativo e Financeiro foram preenchidos por empregados de carreira da empresa, restando apenas 15 empregados contratados em regime de Recrutamento Amplo, os quais se encontram todos lotados na Unidade Grande BH – Contagem, atuando em áreas “meio”.

iii) QUANTITATIVO DE PESSOAL CEDIDO E REQUISITADO

Segundo informações prestadas pela Chefe do Departamento de Recursos Humanos – DEREH – Sra. Patrícia Batista Oliveira, durante todo o exercício de 2006 a CEASA-MG não cedeu nem requisitou pessoal a nenhuma outra entidade, pública ou privada, não havendo, portanto, valores pendentes de ressarcimento e providências a serem adotadas.

iv) SOBRE O ENCAMINHAMENTO DE INFORMAÇÕES AO ORGÃO DE CONTROLE INTERNO

Sendo as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASA-MG uma empresa de economia mista, cujo regime trabalhista é a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e o regime previdenciário o geral, esta estatal não realiza atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão; assim como não está obrigada a informar ao órgão de controle interno sobre os atos de admissão e desligamento, nos termos do art. 8º da IN/TCU nº 44/2002, a qual se aplica à Administração Direta.

XIX. DIÁRIAS

Em atendimento às recomendações contidas na Portaria 555, de 28 de dezembro de 2006, exarada pela Controladoria Geral da União – CGU, apresentamos a seguir as informações solicitadas sobre os pagamentos de diárias realizados no exercício de 2006.

RELAÇÃO DAS DIÁRIAS PAGAS EM 2006						
EMPREGADO	DATAS	Nº DIÁRIAS	VALOR DIÁRIA	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL	TIPO
Adilson Tadeu de Araujo	várias	1,5	177,00	89,50	266,50	Nacional
Alexandre Luis Lopes da Silva	várias	4,5	414,00	398,40	812,40	Nacional
Altivo Roberto Andrade de A.Cunha	várias	20,5	2.367,00	1.414,40	3.781,40	Nacional
Altivo Roberto Andrade de A.Cunha	22/03 A 27/03	5	3.052,00	-	3.052,00	Internacional
Alvaro Luiz Leite Soares	várias	3,5	367,50	309,00	676,50	Nacional
Amarildo de Oliveira	16/09 a 04/10	18	14.215,00	2.687,52	16.902,52	Internacional
Amarildo de Oliveira	várias	24	2.806,00	941,00	3.747,00	Nacional
André Caixeta Colen	várias	3	276,00	349,24	625,24	Nacional
Antonio Cirilo Diogo	várias	18	1.656,00	1.366,09	3.022,09	Nacional
Auber Peixoto Silva	várias	9	828,00	1.027,92	1.855,92	Nacional
Carlos Cassio de Abreu Domingues	várias	5	525,00	1.070,00	1.595,00	Nacional
Célio Brovino Porto	várias	6,5	767,00	254,00	1.021,00	Nacional
Claudio Luis Gomes de Oliveira	várias	15,5	1.426,00	1.365,91	2.791,91	Nacional
Cláudio Rodrigues dos Santos	várias	11	966,00	793,55	1.759,55	Nacional
David Benedito da Conceição	várias	14,5	1.405,50	1.382,06	2.787,56	Nacional
David Weel Ferreira	várias	9,5	874,00	891,00	1.765,00	Nacional
Edson Ferreira da Silva	várias	18,5	1.702,00	1.602,23	3.304,23	Nacional
Elenice Ferreira Pinheiro Cruz	várias	1,5	138,00	94,50	232,50	Nacional
Elias Jacó dos Santos	várias	16,5	1.888,00	1.255,60	3.143,60	Nacional
Emily Dourado Freitas Belem	várias	4,5	472,50	276,00	748,50	Nacional
Expedito Antônio da Silva	várias	5,5	506,00	474,85	980,85	Nacional
Fabiana Maria da Costa	várias	4,5	414,00	234,60	648,60	Nacional
Fernando Alves de Abreu	várias	1,5	138,00	361,01	499,01	Nacional
Fernando Braz Machado	várias	15	1.464,50	771,87	2.236,37	Nacional
Generaldo Bragança de Lima	várias	6,5	598,00	298,38	896,38	Nacional
Geraldo Alves Vargas	várias	1,5	138,00	69,99	207,99	Nacional
Gilson Santos Neves	várias	16	1.576,00	607,00	2.183,00	Nacional
Gustavo Costa de Almeida	várias	25,5	2.404,50	1.364,40	3.768,90	Nacional
Heronilton dos Santos Silva	várias	5,5	506,00	355,77	861,77	Nacional
Jeferson Jackson dos Santos	várias	3	276,00	101,99	377,99	Nacional
Joao Felisberto Miranda	várias	3,5	367,50	-	367,50	Nacional
Joaquim Oscar Alvarenga	várias	23,5	2.227,00	1.234,45	3.461,45	Nacional
Jose Aloizio Gomes de Castro	várias	5	525,00	178,00	703,00	Nacional
Jose Bismarck Campos	25/04 a 28/04	3,5	367,50	28,70	396,20	Nacional
Jose Cupertino Pereira Filho	várias	22,5	2.070,00	2.114,74	4.184,74	Nacional
José Gerardo Fontelles	várias	4,5	531,00	15,00	546,00	Nacional
Jose Maria da Silva Filho	várias	2	184,00	284,47	468,47	Nacional
Lúcia Aída Assis de Lima	várias	0,5	59,00	-	59,00	Nacional
Luis Carlos Guedes Pinto	várias	1	118,00	-	118,00	Nacional
Luiz Gomes de Souza	várias	1	118,00	-	118,00	Nacional
Luiz Gonzaga Baião	várias	2	236,00	-	236,00	Nacional
Marcelo Gonçalves Tavares	várias	1,5	138,00	-	138,00	Nacional
Marcus Vinicius D G Carneiro	várias	13,5	1.242,00	738,68	1.980,68	Nacional
Maria das Graças Oliveira Moreira	24/04 a 28/04	4,5	472,50	582,48	1.054,98	Nacional
Maria Teresa Pereira Lima	10/04 a 11/04	1,5	177,00	178,50	355,50	Nacional
Marília Gabriela Feber	várias	7	644,00	-	644,00	Nacional
Mauricio Andrade Coura	várias	5,5	649,00	339,00	988,00	Nacional
Nilson Ribeiro de Almeida	várias	1,5	138	35,00	173,00	Nacional
Patricia Batista Oliveira	várias	5,5	506,00	-	506,00	Nacional
Paulo Geraldo Pinto de Sá	várias	16,5	1.570,00	935,80	2.505,80	Nacional
Paulo Renato Cosso Gomes	várias	9	528,00	793,67	1.321,67	Nacional
Raymundo Motta Moreira Duarte	várias	7	644,00	129,00	773,00	Nacional
Ricardo Ferreira do Prado C e Silva	várias	2	184,00	-	184,00	Nacional
Rinaldo Junqueira de Barros	várias	0	236,00	-	236,00	Nacional
Romeu Silveira Diniz	várias	4,5	459,50	-	459,50	Nacional
Ronaldo Franca de Souza	várias	11	1.012,00	807,96	1.819,96	Nacional
SAÍD FELIX COSTA	várias	2,5	230,00	355,61	585,61	Nacional
Samuel Pereira Barreto	várias	0,5	52,50	208,00	260,50	Nacional
Sergio Luiz Moreira	várias	12	1.312,00	463,00	1.775,00	Nacional
Tomé de Freitas Campos	várias	16	1.472,00	611,87	2.083,87	Nacional
Wander Francisco de Souza	21/06 a 21/06	0,5	46,00	105,00	151,00	Nacional
Wilson Guide da Veiga Junior	várias	7,5	735,50	164,00	899,50	Nacional
Totais:		493	63594,5	32510,71	96105,21	

XX. RELATÓRIOS E PARECERES

1) Relatório de correição

A CEASA-MG, empresa estatal de economia mista, não possui unidade de correição nem emprego especificamente designado para esta função. Não obstante este fato, apresentamos abaixo resumo descritivo das sindicâncias instauradas no âmbito da empresa no exercício de 2006.

1.

Número do processo:	39/2006					
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória		
	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar		
Ato instaurador:	<input type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input checked="" type="checkbox"/>	Outros (especificar) Resolução de Diretoria (RD)
Numero e data do Ato:	Nº: 038/2006			Data: 24/05/2006		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Destino de bens patrimoniais não localizados pela Comissão Inventariante do exercício findo em 31/12/2005.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:	Sem aplicação de penalidades.					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF (Não se aplica)		<input type="checkbox"/>	AGU (Não se aplica)	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$): (Não se aplica)				

2.

Número do processo:	(Não numerado)					
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória		
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar		
Ato instaurador:	<input type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input checked="" type="checkbox"/>	Outros (especificar) Resolução de Diretoria (RD)
Numero e data do Ato:	Nº:			Data:		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Circunstâncias e responsabilidades pelo sinistro ocorrido com veículo da empresa, Fiat Uno Mille, placa HCW-6318.					
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /		<input type="checkbox"/>	Processo Julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input checked="" type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:	Anotação no prontuário do empregado.					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF (Não se aplica)		<input type="checkbox"/>	AGU (Não se aplica)	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$): 17.333,30				

2) Demonstrativo sintético das tomadas de contas especiais

No âmbito destas Centrais de Abastecimento, não foram instauradas Tomadas de Contas Especiais no exercício de 2006, não havendo, portanto, dados a serem relatados neste tópico.

3) Demonstrativo de tomadas de contas especiais regularizadas antes do encaminhamento ao TCU

Assim como no tópico anterior, também não ocorreu nenhuma Tomada de Contas Especial no âmbito destas Centrais de Abastecimento, que tenham sido regularizadas antes de encaminhadas ao egrégio TCU, não havendo, portanto, dados a serem relatados neste tópico.

4) Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades em que o dano foi imediatamente ressarcido.

Nos termos da anexo VII da Norma de Execução contida na Portaria nº 555, de 28 de dezembro de 2006, a CEASA-MG apresenta a seguir o Demonstrativo de Perdas, Extravios ou Outras Irregularidades em que o dano foi imediatamente ressarcido sem instauração de TCE, conforme item 17 do anexo II da DN-TCU/81/2006.

DEMONSTRATIVO DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES EM QUE O DANO FOI IMEDIATAMENTE RESSARCIDO SEM INSTAURAÇÃO DE TCE – ITEM 17 DO ANEXO II DA DN-TCU/81/2006

ÓRGÃO OU ENTIDADE: CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A – CEASA-MG

EXERCÍCIO.....: 2006

I. nome e número do CPF do responsável:

JOSÉ MARIA DA SILVA FILHO
CPF: 094652946-91

II. cargo, função e matrícula do responsável, se o mesmo for servidor público:

NÃO SE APLICA.

III. descrição sucinta da forma como o fato irregular se deu:

Em 17 de junho de 2006, ocorreu um sinistro envolvendo o veículo Fiat Uno Mille, Placa HCW-6318, de propriedade da CEASAMINAS, na cidade de Uberlândia, que era conduzido pelo gerente da unidade da empresa sita naquele município, o Sr. José Maria Silva Filho. O acidente culminou com a perda total do veículo acima identificado e foi comunicado à empresa no dia 19 de junho de 2006. Posteriormente, a empresa recebeu cópia do Boletim de ocorrência lavrado na data do sinistro. Pelo fato ter se dado num sábado à noite, por volta das 21:00 horas, a Diretoria da empresa houve por bem nomear uma Comissão para apuração das circunstâncias do acontecido. Pela Resolução da Diretoria nº: RD/PRESI/023/06, datada de 27/06/2006, oriunda do senhor Diretor Presidente, Amarildo de Oliveira, foram designados os Srs. André Caixeta Colen, Edmar dos Reis e a Sr.^a Patrícia Batista Oliveira, empregados da CEASAMINAS, lotados na Unidade de Contagem, para comporem a Comissão de Sindicância, visando a apuração dos fatos acima descritos, instalando-se a mesma no dia 03 de Julho de 2006.

IV. descrição do objeto da perda, extravio ou outra irregularidade:

O objeto da perda foi o VEÍCULO FIAT UNO MILLE, Placa HCW-6318 e Código RENAVAN 870435760, de propriedade desta CEASA-MG, à disposição da Unidade da empresa sita no município de Uberlândia/MG.

V. critério utilizado na quantificação do dano:

APÓLICE DE SEGURO DA SEGURADORA UNIBANCO AIG SEGUROS E PREVIDÊNCIA, DE Nº 1032997151, COM VIGÊNCIA DE 22/01/2006 A 22/01/2007, A QUAL DAVA COBERTURA DE 100% DO VALOR DE MERCADO DO BEM.

VI. descrição do acordo feito pela administração com o agente responsável para reparação do dano:

Após conclusão dos trabalhos da Comissão instaurada para apuração dos fatos, o responsável pelo ocorrido, Sr. José Maria Silva Filho sofreu as penalidades administrativas aplicáveis, as quais foram devidamente anotadas em seu prontuário no Departamento de Recursos Humanos. Quanto à reparação do dano, esta foi feita através da indenização paga pela companhia seguradora em parcela única.

VII. Valor recolhido e a data do recolhimento:

O valor pago em indenização pelo veículo acima caracterizado foi de R\$19.163,00 (dezenove mil, cento e sessenta e três reais), na data de 07/08/2006.

O referido veículo, adquirido pelo montante de R\$20.800,00 (vinte mil e oitocentos reais), foi baixado do patrimônio da empresa em 31/08/2006, ao valor de R\$17.333,30 (dezesete mil, trezentos e trinta e três reais e trinta centavos), face à depreciação já contabilizada no valor de R\$ 3.466,70 (três mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e setenta centavos).

5) Parecer da unidade de Auditoria Interna

Vide parecer da Auditoria interna apresentado no item “V” do Processo de Prestação de Contas das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASA-MG.

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2006

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

DIRETORIA EXECUTIVA:

AMARILDO DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

SÉRGIO LUIZ MOREIRA
Diretor Financeiro

ALTIVO ROBERTO ANDRADE DE ALMEIDA CUNHA
Diretor Técnico-Operacional

Elaboração coordenada pela Assessoria de Planejamento da CEASAMINAS / Fevereiro/2007

Nota: Este documento estará disponível também no portal da CEASAMINAS (www.ceasaminas.com.br) a partir de abril/2007

